



**PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS DO CARIRI
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO SEMIÁRIDO**

FERNANDA SILVA LUNA AGRA

**TECITURA DOS SABERES: ANÁLISE DE ASSOCIAÇÕES DE
ARTESANATO EM JUAZEIRO DO NORTE A PARTIR DO OLHAR DO
ARTESÃO**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2014

FERNANDA SILVA LUNA AGRA

**TECITURA DOS SABERES: ANÁLISE DE ASSOCIAÇÕES DE
ARTESANATO EM JUAZEIRO DO NORTE A PARTIR DO OLHAR DO
ARTESÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vivian Cunha

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2014

FERNANDA SILVA LUNA AGRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de Aprovação: ___/___/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Vivian Cunha (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC-PRODER)

Prof.^a Dr.^a Iara Maria de Araújo
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof.^a Dr.^a Verônica Salgueiro do Nascimento
Universidade Federal do Ceará (UFC-PRODER)

A Deus, que me permite uma existência perseverante e a minha construção familiar pautada na fé, no amor, no respeito e no diálogo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que priorizaram o amor, o carinho, os valores, a fé, a educação e me permitiram aprender a acreditar em mim e valorizar as peculiaridades da vida. Obrigada pelos intensos: “você é capaz, você vai conseguir, só liguei para dá um oi” e tantas outras falas que me fizeram seguir em frente.

A minha irmã Karla, pela palavra certa na hora certa; pela irmandade que ultrapassa a barreira do espaço.

A minha filha Joanna Carolina, pela compreensão incompreendida. Obrigada pelo sorriso, os chás, os lanches, e ao otimismo quando eu estava desestimulada, foram muito importantes suas palavras de afeto e crença em mim.

Ao meu marido Valdizébio, pelo amor, companheirismo, dedicação e por exercer o papel de pai com sabedoria, principalmente quando de minha ausência.

A toda a família pelo amor e apoio.

As amigas concretas que colaboram comigo em momentos que pensei não dar conta de tantas responsabilidades, e se consegui foi porque tive aparato: Renata, Fabiana e Marcos Alan.

A todos que compuseram e compõe o programa de mestrado, por me oportunizarem realizar uma etapa tão sublime na minha vida.

A Professora Suely Chacon pelo encantamento e determinação transmitidos em seu olhar e fala.

A Professora Verônica Salgueiro pela suavidade e por mostrar que são possíveis outras possibilidades pautadas no ser humano.

Ao Professor Eduardo Vivian Cunha pela tranquilidade e segurança passada a mim nas orientações. Foi uma sintonia harmônica.

Aos Professores Luíz Manoel e Valéria Giannella pelo olhar de confiança transmitido e as novas perspectivas apresentadas.

A Professora Iara pela disponibilidade de contribuir com esta dissertação.

A todos os colegas de turma, foi uma grande roda de escutas e falas na qual aprendi muito.

A Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri, a Associação dos Artesãos da Mãe das Dores e do Padre Cícero e a Associação Padre Cícero-Centro de Arte Popular Mestre Noza. Senti, ouvi, falei e aprendi muito com vocês.

Ceguei
Entrei
Encontrei-me
Desencontrei-me
Reencontrei-me
Porque me vi no outro
E outro em mim
E aqui estou
Eu, o outro, nós...

Fernanda Agra

RESUMO

Esta dissertação visa estudar a dinâmica de trabalho desenvolvida em três associações de artesanato: Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri, Associação dos Artesãos da Mãe das Dores e do Padre Cícero, Associação Padre Cícero- Centro de Arte Popular Mestre Noza todas situadas na cidade de Juazeiro do Norte- CE no período dos meses janeiro a julho do ano de 2013 e analisá-las a partir do relato do que é ser artesão e se as relações sociais desenvolvidas pelos mesmos são regidas por princípios que se aproximam da economia solidária. Esta pesquisa foi conduzida pela hipótese de que as relações de trabalho desenvolvidas nas associações podem ser identificadas como empreendimentos de economia solidária, e assim sendo exemplificarem ações que incentivam ao desenvolvimento regional a partir das potencialidades locais. Com relação aos procedimentos metodológicos é apresentada uma abordagem qualitativa indutiva de multicase, no qual se utilizou da observação passiva, entrevista semiestruturada aplicada individualmente e roda de conversas para estímulo da fala de forma coletiva com os artesãos das associações. Aplicou-se a análise do discurso como método de investigação e interpretação dos relatos dos mesmos. Em relação ao embasamento teórico adotou-se as reflexões conceituais do artesanato, associativismo, economia solidária e desenvolvimento regional sustentável. Temos como resultados nesta dissertação que os espaços pesquisados aproximam-se do contexto da economia solidária em alguns princípios, como a sustentabilidade multidimensional, sendo que as dimensões sociocultural, ambiental e espacial são as que têm maior destaque dentro dos ambientes, o princípio dos laços de pertencimento, também foi percebido com veemência nos espaços. Já os princípios de autogestão e autonomia institucional foram identificados com mais deficiências, pois os associados necessitam de fomento via políticas públicas ou projetos da iniciativa privada que os escudem, entendam suas necessidades para poder auxiliá-los em prol do desenvolvimento dos mesmos e conseqüentemente da região pesquisada embasados nos princípios do desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Artesanato. Associativismo. Desenvolvimento Regional Sustentável. Economia Solidária.

ABSTRACT

This thesis aims to study the dynamics of work developed in three craft associations: Association of Xilógrafos and Artisans of Cariri, Association of Artisans of the Mother of Sorrows and Priest Cicero, Association Priest Cícero- Art Center Popular Master Noza all located in the city of Juazeiro do Norte month period of January to July of 2013 and analyze them from the account of being a craftsman and social relations developed by them are governed by principles that are close to the solidarity economy. This research was conducted by the hypothesis that the working relationships developed in associations can be identified as social economy enterprises, and therefore exemplify actions that encourage regional development from the local potential Regarding the methodological procedures presents a qualitative inductive approach of multicases, which was used in the passive observation, semi-structured interview applied individually and wheel conversations to stimulate speech collectively with the artisans associations. Applied discourse analysis as research method and interpretation of reports thereof. Regarding the theoretical framework it adopted the conceptual craft reflections, associations, social economy and sustainable regional development. We can results in this thesis that the spaces surveyed are approaching the context of solidarity economy in some principles such as multi-dimensional sustainability, and the socio-cultural, environmental and spatial dimensions are those that have greater prominence within the environments, the principle of ties belonging, was also perceived strongly in the spaces. Since the principles of self-management and institutional autonomy have been identified with disabilities, as members need encouragement through public policies or private sector projects that listen, understand your needs in order to assist them in support of their development and consequently the region searched founded on the principles of sustainable regional development.

Keywords-Crafts: Crafts. Association. Sustainable Regional Development. Solidarity Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Logomarca da AXARCA.....	21
Figura 2	Matrizes esculpidas em madeira para produção da xilogravura.....	21
Figura 3	Xícaras e sandálias com xilogravuras.....	21
Figura 4	Um associado explicando seu trabalho.....	21
Figura 5	Oficina de trabalho da AXARCA.....	21
Figura 6	Diversidade de produtos impressos com xilogravuras.....	21
Figura 7	Fachada da associação.....	22
Figura 8	Dia a dia de trabalho na associação.....	22
Figura 9	Peças produzidas pela associação.....	22
Figura 10	Galpão de exposição das peças.....	24
Figura 11	Esculturas do Padre Cícero em madeira.....	24
Figura 12	O artesão e sua criação.....	24
Figura 13	Chapada do Araripe.....	25
Figura 14	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores.....	27
Figura 15	Juazeiro do Norte em 1911.....	30
Figura 16	Região Metropolitana do Cariri.....	32
Figura 17	Localização Geográfica de Juazeiro do Norte-CE.....	33
Figura 18	População urbana e rural de Juazeiro do Norte-CE.....	33
Figura 19	Tipologias artesanais de Juazeiro do Norte-CE.....	35
Figura 20	Símbolos da economia solidária.....	50
Figura 21	Símbolos da economia solidária no Brasil.....	56
Figura 22	Princípios adotados na pesquisa.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Associado
AXARCA	Associação de Xilógrafos e Artesãos do Cariri
BR	Brasil
CE	Ceará
CEART	Centro de Artesanato do Ceará
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COOPERSOL	Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária
DOU	Diário Oficial da União
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fóruns Brasileiros de Economia Solidária
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INF	Instituto Nacional de Folclore
IPECE	Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
RMC	Região Metropolitana do Cariri
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SCS	Secretária de Comércio e Serviços
UFC	Universidade Federal do Cariri
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
URCA	Universidade Regional do Cariri
Km	Quilômetros
Km ²	Quilômetros Quadrados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAMINHOS TRILHADOS	15
1.1 Os encontros com o campo de estudo.....	16
2. CONTEXTO HISTÓRICO DE JUAZEIRO DO NORTE	19
2.1. Aspectos Culturais, Sociais e Políticos.....	19
2.2. O artesanato de Juazeiro do Norte: manifestações do saber que contempla e dignifica o artesão e sua arte	27
3. TRAMAS E DISCUSSÕES	30
3.1. O artesanato: nascitura da construção de saberes: artesão x artesanato.....	30
3.1.1. Recorte histórico do artesanato.....	31
3.2. Associativismo.....	35
3.2.1 Associativismo: essência e construção teórica	35
3.2.2 Construção jurídica do associativismo	38
3.3. O desabrochar da economia solidária	39
3.3.1 Economia solidária no Brasil.....	45
3.3.2 Discussões sobre os princípios da economia solidária	51
3.3.3 Princípios adotados para o trançado da pesquisa.....	52
4 O UNIVERSO DAS ASSOCIAÇÕES EM ESTUDO	60
4.3 Associação dos Xilógrafos e Artesão do Cariri	60
4.4 Associação Mãe das Dores e do Padre Cícero.....	62
4.5 Associação Padre Cícero- Centro de Arte Popular Mestre Noza	63
4.6 Observações: a percepção aguçada, mas singela.	65
4.7 O espetáculo da fala.....	67
4.5.1 Os artesãos se manifestam: a fala da arte a arte da fala.	68
4.6 A economia solidária entra em cena	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE	90
ANEXOS A – XILOGRAVURA PRODUZIDA PELA AXARCA	92

**ANEXOS B – CESTARIAS PRODUZIDAS PELA ASSOCIAÇÃO MÃE DAS
DORES E DO PADRE CÍCERO..... 93**

**ANEXOS C – ESCULTURAS PRODUZIDAS PELA ASSOCIAÇÃO PADRE
CÍCERO- CENTRO DE ARTE POPULAR MESTRE NOZA 94**

INTRODUÇÃO

O interesse pelo artesanato foi construído na trajetória da minha vida, por meio da influência materno-paterna em olhar e vivenciar o mundo com sensibilidade, e assim aprendi a conduzir a minha existência. Na graduação, escolhi pesquisar a exportação de artesanato, na especialização lato senso, as relações pessoais desenvolvidas nas associações de artesanato e então quando tive a oportunidade de fazer o mestrado na terra em que eu escolhi para viver e que a expressão artístico-religiosa é tão presente, Juazeiro do Norte, quis expandir o estudo sobre o artesanato, mas intercalando com uma nova proposta: a economia solidária.

A economia solidária foi apresentada no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri, e como possibilidades o respeito à alteridade do ser, a desconstrução de paradigmas e a reconstrução de novas posturas sempre me instigaram, por que não pesquisar se as associações de artesanato aproximavam-se do contexto da economia solidária? A economia solidária é um conceito recente que remete a conscientização e posterior prática da solidariedade em contraste com o modelo predominante que o capitalismo aplica a partir do individualismo e preponderante ter em detrimento do ser, no qual o consumismo é valorizado e incentivado.

O contexto da economia solidária se manifesta com a ruptura de alguns preceitos que levam a valorização do coletivo e a busca de construir com o outro, por intermédio de atividades econômicas organizadas segundo os princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática que suscitem em estratégia de colaboração para o desenvolvimento local. E isto pode ser possível se, primeiro, desconstruir-se os preceitos enraizados pela busca real e insana de obtenção rápida de resultados, segundo, construir-se laços de pertencimento, e, terceiro querer aprender o novo em compartilhamento com os saberes locais e consequentemente alcançar o desenvolvimento do indivíduo e do seu meio sustentavelmente. Um setor no qual estas manifestações podem ocorrer é o do artesanato. Conhecer a dinâmica de trabalho desses contextos e analisá-los para perceber até que ponto se aproxima ou não da economia solidária é o alvo desta dissertação.

Este estudo tem por objetivo analisar a realidade de três associações de artesanato norteadas no relato do que é ser artesão e se as relações sociais desenvolvidas pelos mesmos são regidas por princípios que se aproximam da economia solidária. Buscar-se-á este objetivo ao conhecer a realidade do artesanato em Juazeiro do Norte, posteriormente observar, ouvir, comparar e verificar a realidade pesquisada com o aporte teórico da economia solidária e

depois definir os marcos teóricos da economia solidária para serem trabalhados no cenário das associações em estudo. Partiu-se da hipótese de que as relações de trabalho desenvolvidas nas associações podem identificar-se como empreendimentos de economia solidária, e assim sendo exemplificam ações que incentivam o desenvolvimento regional a partir das potencialidades locais. Tendo como pergunta de partida como se desenvolve as relações de trabalho nas associações de artesanato, se os artesãos participantes da pesquisa conhecem os princípios de economia solidária e se são aplicados nestes espaços.

Esta pesquisa foi tecida em quatro capítulos, no qual o primeiro é a metodologia, em que foi escolhido primeiramente ir a campo, para posterior desenvolvimento conceitual. Os métodos e técnicas desenvolveram-se pela abordagem qualitativa indutiva e de multicascos por acreditar que o modelo utilizado, segundo Yin (2005), trata-se de uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos. Utilizou-se instrumentos de coletas de dados que propusessem a identificação das realidades pesquisadas, que foram três associações de artesanato de Juazeiro do Norte-Ceará: a) observações aos grupos de forma passiva, (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) b) aplicação de entrevistas semiestruturada e individual, (MOREIRA, 2002), c) técnica de roda de conversa para estimular a fala dos artesãos sobre suas histórias de vida (MIOTELLO, 2010). Aplicou-se a análise do discurso como método de análise e interpretação dos relatos dos artesãos registrados nas entrevistas e nas rodas de conversas por meio de anotações e gravação em áudio.

O segundo capítulo me permitiu viajar na história de Juazeiro do Norte e de seu artesanato, utilizando para isso aporte teórico em historiadores como: Menezes e Alencar (1989), juazeirenses que relatam cronologicamente o nascimento de Juazeiro do Norte por meio de seus personagens e fatos, Lira (2009) que compõe o cenário histórico de Juazeiro do Norte a partir do líder religioso e conciliador de impossíveis: Padre Cícero; Ramos e Gadelha (2000) e Sobreira (1968) contribuíram com a apresentação dos episódios místicos, a postura da igreja e a ascensão das romarias em torno dos milagres em Juazeiro do Norte; Santana, (2009) expõe a edificação do espaço sagrado em Juazeiro do Norte e Della Cava (2014), com sua reedição que apontou o surgimento e expansão de Juazeiro do Norte a partir do chefe religioso e político no qual a sabedoria conciliadora, desafiante, perseverante e religiosa atraía seguidores para as conquistas necessárias. O artesanato juazeirense é apresentado por meio de referencial teórico embasado em pesquisas do SEBRAE, CEART, e no projeto ARTESANIA

CARIRI - A riqueza do Artesanato do Jornal do Cariri, e na observação e relatos dos protagonistas: os artesãos.

No terceiro capítulo, intitulado Tramas e Discussões são descritos os aportes teóricos que embasaram a análise do artesanato, associativismo e economia solidária por intermédio dos autores: Donabella (2010), Pereira (1979) e Diniz e Diniz (2007) que expõem o artesanato como fruto de uma sociedade e seus enlaces com o meio no qual é produzido e é exposto; Dias (2007) coloca o artesanato como um ensinamento passado de gerações em gerações e o simbolismo advindo dessa transição; Valladares (1980), Langhans (1946) e D'Ávila (1984) compõem a trama histórica do artesanato, apresentando seu surgimento e evolução. Em relação ao associativismo buscou-se o apoio teórico de autores como Cattani (2009), Chaniel e Laville (2009) e Buber (2007), que contribuíram com a origem das ideias e manifestações do povo a uma proposta de libertação do sistema excludente e devastador no qual o trabalhador era e é imposto. Também utilizei do marco jurídico brasileiro para compreender como as manifestações associativista são instruídas a se organizarem. E por fim a Economia Solidária com Arruda (2004), França Filho e Laville (2004), Singer (2003), Gaiger (2006) e Dal Magro e Coutinho (2008), dentre outros, que auxiliaram no processo de explicar a origem, conceito, manifestações e princípios que formam esta nova economia.

No quarto capítulo apresento o universo das associações em estudo: Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri, Associação dos Artesãos da Mãe das Dores e do Padre Cícero, Associação Padre Cícero - Centro de Arte Popular Mestre Noza, por meio de seus históricos obtidos por material bibliográfico e entrevista aos associados, cujas peculiaridades e simplicidade geram a energia necessária para a imaginação ser criativa e resultar em trabalhos marcantes na relação artesão-obra-artesão e a composição do cenário. Posteriormente, é retratada a análise dos contextos estudados, dividindo em três partes: observações: a percepção aguçada, mas singela; o espetáculo da fala e os artesãos se manifestam: a fala da arte, a arte da fala; e a economia solidária entra em cena. Nestas partes são reveladas as manifestações obtidas por meio da observação passiva dentro das associações de artesanato, as análises das falas dos artesãos acerca da historicidade, a vida artesã e problemáticas do ofício, e por fim é investigada a prática dos princípios da economia solidária na concepção e gestão das associações.

1. CAMINHOS TRILHADOS

Pesquisar, pesquisar e encontrar o desencontro de palavras, atitudes e olhares.

Depois, pensar, analisar, angustia-se e encontrar um novo trilhar. (Fernanda agra)

Para construção metodológica desta dissertação escolhi primeiro ir a campo para exercitar o olhar, o ouvir e o escrever (CARDOSO de OLIVEIRA 2000), para tentar visualizar as realidades a serem estudadas, de forma genuína, ao tentar extrair dos atores sociais das associações em estudo seus olhares, suas falas, atitudes, inquietações e também a percepção da pesquisadora sobre o local a ser estudado. Também busquei este método para apresentar primeiramente, o percurso percorrido por mim, ao realizar esta dissertação.

Então, para desenvolver este estudo utilizei a pesquisa qualitativa que sobre o aspecto social melhor investiga, pois costuma direcionar-se a partir de seu avanço para obter dados descritivos mediante contato direto e participativo do pesquisador com a situação em estudo, permitindo que o pesquisador procure entender os fenômenos por meio da concepção dos participantes da situação analisada, e então situar sua compreensão dos casos estudados. “Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um interpretador da realidade.” (DIAS 2000).

Em relação ao método, optei pelo estudo multicase, que segundo Yin (2005), trata-se de uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas. Estudos de casos são empregados como meio de investigação descritiva representativa de uma pequena parcela da realidade, a partir da qual se podem extrair considerações importantes.

A pesquisadora fez suas observações diretamente no campo: três associações de artesanato; estas foram divididas por tipologia de matéria prima, (palha, madeira e barro e xilogravura). Esta divisão se deu por terem maior representatividade no cenário estudado que é o artesanato da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará-Brasil, e também por estarem mais bem organizadas em processos associativos dentro da localidade pesquisada.

Os três espaços foram analisados através do contato com as realidades descobertas, no qual foi possível trabalhar o olhar do sujeito sobre o pesquisador, o olhar do sujeito sobre si mesmo, o olhar do sujeito sobre sua realidade e interação com o outro a partir dos princípios da Economia Solidária - ECOSOL.

Esta análise foi realizada por meio de três instrumentos de coleta de dados: a) observação não participativa aos grupos, (LÜDKE e ANDRÉ, 1986) b) aplicação de entrevistas semiestruturada e individual, (MOREIRA, 2002), c) técnica de roda de conversa para estimular a fala dos artesãos sobre suas histórias de vida (MIOTELLO, 2010). Adotei a análise do discurso como recurso para analisar e interpretar os conteúdos das falas dos artesãos registradas nas entrevistas e nas rodas de conversas. Posteriormente, realizei o confronto entre os autores que respaldam a pesquisa e a realidade observada nas associações (BARDIN, 2011). Para os registros, empreguei como ferramentas: um caderno para anotações, uma câmera fotográfica e um aplicativo de gravação de áudio de um aparelho celular. Observei e entrevistei um grupo de 17 artesãos com idade entre 26 e 67 anos.

Voltando aos princípios da economia solidária, os mesmos foram tecidos e eleitos a partir da leitura e compreensão dos autores que embasam esta pesquisa a partir de estudos bibliográficos.

1.1 Os encontros com o campo de estudo

Entre os meses de janeiro e julho do ano de 2013 fui a campo e deparei-me com situações que me levaram a querer a aprofundar e a ter certeza do tema a ser pesquisado.

A primeira visita foi realizada de forma passiva, não me identifiquei como aluna de mestrado e nem pesquisadora, fui com expectadora da realidade, comportei como turista curiosa por tudo que encontrava nas associações de artesanato.

Estive na Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri (AXARCA) na última semana do mês de janeiro, na Associação dos Artesãos da Mãe das Dores e do Padre Cícero na terceira semana de fevereiro, e por fim na Associação Padre Cícero - Centro de Arte Popular Mestre Noza à primeira semana de março. Todas as visitas foram realizadas no ano de 2013.

Nesta experiência observei como os artesãos trabalhavam, as falas, gestos, atitudes e também o artesanato produzido por eles. Foi possível trabalhar no campo através da sensibilidade percebida nos artesãos, sem toque, pouca fala e muita percepção da realidade assistida.

Já o segundo encontro foi agendado com os dirigentes das associações; liguei, me apresentei como aluna do mestrado da Universidade Federal do Ceará (UFC), e marquei as visitas de forma informal, ou melhor, perguntei qual dia tinha mais associados e em um desses dias compareci às associações. Usei esta estratégia para encontrar as pessoas mais à vontade e sem discursos prontos.

O primeiro local agendado foi a AXARCA que possui em seu cadastro doze associados; o segundo foi a Associação dos Artesãos da Mãe das Dores e do Padre Cícero com vinte cinco associados cadastrados, e o terceiro foi a Associação Padre Cícero - Centro de Arte Popular Mestre Noza, com número de cento e oitenta associados, todos entre o mês de maio e a primeira semana do mês de junho do ano de 2013.

Ao chegar aos locais, identifiquei-me, conversei com os dirigentes e os demais associados enquanto trabalhavam em suas xilogravuras, bolsas e demais objetos de palha de milho, esculturas em madeiras e barro.

As entrevistas eram semiestruturadas e identificaram os dados das associações e dos associados, e principalmente o grau de envolvimento dos mesmos. Foram formuladas três perguntas subjetivas, nas quais era possível os artesãos relatarem suas histórias, vivências e angústias, as mesmas foram aplicadas individualmente. Depois, foi sugerido e acolhido a formação de uma roda de conversas para manifestarem o porquê de serem artesãos e estarem associados. Neste momento foi possível identificar os olhares remetidos no quinto parágrafo da metodologia. No total participaram da entrevista 17 artesãos sendo (04 da AXARCA, 06 da Associação Padre Cícero- Centro de Arte Popular Mestre Noza e 07 da Associação dos Artesãos da Mãe das Dores e do Padre Cícero).

A terceira e última visita ao campo ocorreu no mês de julho de 2013, voltei aos espaços pesquisados para instigá-los sobre o significado da Economia solidária, com base nos princípios norteadores: *autogestão, sustentabilidade multidimensional, laços de pertencimento, desenvolvimento local, autonomia institucional*. Formulei mais seis perguntas semiestruturadas e subjetivas a partir dos princípios da (ECOSOL) para identificar como as associações se organizam coletivamente.

Consegui manter a mesma ordem dos agendamentos e os mesmos entrevistados do segundo momento da pesquisa, e também a mesma técnica (entrevista individual e roda de conversa). Foi necessário adequar as perguntas sobre os princípios ao entendimento dos artesãos.

Posteriormente, as informações colhidas por meio do gravador, da escrita e da observação foram transcritas para realização das análises que serão apresentadas no quarto

capítulo da dissertação. Elas são identificadas pela abreviatura *A* seguido de uma numeração que significam: associado um, dois até a fala do décimo sétimo entrevistado.

No total foram registradas 38 falas entre o segundo e terceiro encontro no universo das três associações mais as informações sentidas e observadas no primeiro encontro. Todas foram analisadas e constam no quarto capítulo da dissertação.

No próximo capítulo é apresentada a contextualização histórica e sócio-política de Juazeiro do Norte instigada por muitos aspectos marcantes resultando em uma região propensa a criação artística.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DE JUAZEIRO DO NORTE

Que terra esta que instiga, atrain e fascina?
 Esta terra é Juazeiro do Norte.
 Terra de personagens e história marcante.
 Local de manifestação do sagrado.
 Ah Juazeiro do Norte! (Fernanda Agra).

2.1. Aspectos Culturais, Sociais e Políticos.

E tudo começou assim!

Antes da chegada dos portugueses ao interior brasileiro, no século XVII, as terras situadas no sopé da Chapada do Araripe no centro sul, do hoje estado do Ceará-Brasil, eram habitadas pelos índios Kariris, que em algumas localidades ainda são encontrados. Os contatos iniciais com o homem branco foram estabelecidos pelas caravanas militares e/ou religiosas que vieram estudar o território e catequizar os indígenas e agrupá-los em povoados ou missões.

Figura 13: Chapada do Araripe



Fonte: <http://luceliamuniz.blogspot.com.br/belissimas-imagens-da-chapada-do.html>(2011)

De acordo com historiadores que estudam a região, ocorreram boatos por causa de alguns descobrimentos no interior do país, de que nessas terras havia ouro em demasia, o que levou a uma correria aos sertões do Brasil. Ocorreu até vindas de famílias completas, oriundas de Portugal, almejando extrair as fortunas das regiões desconhecidas e com a expectativa de achar ouro ou outro minério. Alastrou-se então, a lenda das Minas dos Cariris Novos.

A procura do metal nas margens do Rio Salgado, que nasce no sopé da Chapada do Araripe, ocasionou a colonização, resultando na concessão de sesmarias, o que possibilitou o aparecimento de lugarejos e vilas que se tornariam municípios décadas depois.

Com a formação dos vilarejos, na região do Cariri, havia um local de passagem dos tropeiros e mercadores vindos de Missão Velha, Barbalha e regiões circunvizinhas, com destino à feira do município do Crato, com muitas árvores, nomeadas de Joazeiro, que proporcionava uma sombra agradável e convidativa e que se tornou ponto de encontro e de repouso dos passantes. É nessa localidade que surgiu Juazeiro do Norte. Na sua origem etimológica, Joazeiro é uma palavra híbrida, tupi-portuguesa de juá+eiro (sufixo); ui-á ou juá, árvore com espinhos da família das ramáceas, espécie muito comum nos sertões nordestinos (MENEZES; ALENCAR 1989).

Em 1827 foi lançada a pedra fundamental, da capela de N. S. das Dores no então chamado Sítio Juazeiro, nas terras do município do Crato, pertencente à fazenda Tabuleiro Grande herança deixada para o padre Pedro Ribeiro da Silva, que foi o fundador da povoação de Juazeiro, nascido nesse mesmo Sítio em julho de 1790 e ordenado em 1825 no Seminário de Olinda em Pernambuco. Em 1833 falece o fundador e primeiro capelão do Juazeiro, assumindo a capelinha de Juazeiro, o padre Joaquim de Oliveira (ibidem, p.23).

Ao passar dos anos ocorreu a formação de um núcleo urbano denominado povoação de Juazeiro em 1835; muitos acontecimentos históricos ocorrem até a emancipação de Juazeiro do Norte, em 22 de julho de 1911, auferida pelo jovem Padre Cícero Romão Batista, pároco do lugarejo. Ele foi o responsável pela emancipação e independência da cidade (ibidem, 1989).

Juazeiro do Padre Cícero e Padre Cícero do Juazeiro, a história de ambos se encontra e torna-se um acontecimento gerador de histórias, pesquisas e constatações crescentes a cada ano. Mas, muitos outros como José Joaquim Teles de Marrocos, padre Alencar Peixoto, Cicinato José da Silva, Beata Maria de Araújo, Beata Mocinha, Beata Soledade, Beato Francelino, Mestre Pelúcio Correia de Macedo, Izabel Montezuma da Luz, Beato João Davi da Silva, José Joaquim de Maria Lobo, Aureliano Pereira da Silva, Antônio Vilanova, Floro Bartolomeu da Costa, Jagunços, Romeiros e Cangaceiros, e demais personagens participaram desta intrigante história no qual, o religioso, o místico, o artístico, a política e as disputas por poderes comporam o cenário.

Padre Cícero Romão Batista era proveniente do município do Crato, nasceu no século XIX, em 24 de março de 1844. Era filho de um pequeno comerciante, Joaquim Romão Batista e de dona Joaquina Vicência Romana. Iniciou seus estudos no Crato com o padre João Marrocos e posteriormente foi enviado para o Colégio do Padre Inácio de Sousa Rolim em

Cajazeiras, na Paraíba, retornando aos 18 anos para o Crato quando da morte do seu pai, em 1862, vítima da epidemia de cólera-morbo que ceifou inúmeras vidas naquela cidade. Em 1865, deu continuidade aos seus estudos no Seminário da Prainha em Fortaleza com ajuda do seu padrinho de crisma, o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno. Em 1870 ordenou-se, e em 1871, voltou ao Crato e celebrou a sua primeira missa, na matriz de Nossa Senhora da Penha, depois fora enviado para o distrito praiano de Trairi por dois meses. No mesmo ano retornou ao Crato, onde lecionou e próximo ao Natal de 1871 ocorreu seu primeiro contato com povoado de Juazeiro, (que era nomeado por Fazenda Tabuleiro Grande) por meio da celebração da Missa do Galo. A partir de então inicia seu ministério no vilarejo de Juazeiro do Norte, ainda um povoado, com uma população pequena, pouco mais de quatrocentos habitantes. Fixou residência ali, em abril de 1872 (LIRA, 2009).

Padre Cícero organizou o espaço local instituindo ordem e moralidade. Em 1874 padre Cícero resolveu erguer uma igreja no lugar da primeira capela que datava de 1827: *“sem nenhum recurso empreendi levantar uma igreja [...]num povoadinho tão pobre que eu nem mesmo sei como se fez[...]com a proteção de Nossa Senhora das Dores, a quem é dedicada, será acabada.”* Carta do padre Cícero Romão ao bispo D. Luís Antônio 27.04.1874, catalogada sobre a inscrição (SAL 03.01 *apud* BEOZZO, 2004, p. 35).

Figura 14: Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores



Fonte: <http://lucianopaixaopelojuazeiro.blogspot.com.br> (2014)

Obstinado pela intensa vontade de cativar o povo, desenvolveu valorosa obra pastoral, sermão, conselhos e visitas domiciliares, algo inovador e atencioso, jamais presenciado naquela região. Rapidamente atraiu a admiração das pessoas, e passa a ser uma liderança na comunidade. Politicamente desempenhou vigorosa atuação, sobretudo na ocasião em que os juazeirenses esquematizavam o movimento de emancipação política, no movimento conhecido como sedição de Juazeiro e em vários conchavos políticos tramados no sertão, na capital e no País (LIRA, 2009).

Este atuar caloroso e perseverante do Padre Cícero foi espelhado nas pessoas que participaram de sua formação, como o padre e latinista João Marrocos, nas rezas de sua mãe Dona Quinô e principalmente nas pregações e ações itinerantes de José Antônio Pereira Ibiapina, um ex-advogado criminalista que se tornou padre aos quarenta sete anos e revolucionou os sertões cruzando-os a pé e erguendo capelas, escolas, açudes, hospitais e casas de caridade em regime de mutirão. Deste modo, desenvolveu o lema: oração e trabalho em busca de educar, adorar a Deus e aprender ofícios manuais. Em 1865 ocorreu a inauguração da casa de caridade de Missão Velha, vila próxima ao Crato, e foi nesse dia que padre Cícero Romão conheceu pessoalmente o padre Ibiapina, “ficou fascinado pelo verbo eloquente e pelo carisma daquele reformador de costumes” (ibidem, p.89).

Por conta do chamado “milagre de Joazeiro”, 1889(quando Padre Cícero ao celebrar a missa deu a hóstia sagrada à beata Maria de Araújo, a hóstia se transformou em sangue em sua boca, dentre outras manifestações), a figura do padre assumiu características milagrosas e passou a ser venerado pelo povo como um santo e perseguido por muitos, ora da própria igreja ora dos ofegantes ao poder político, mas mesmo assim atraia fiéis de todos os lugares. Os devotos fizeram de Juazeiro grande centro de romarias, esperançosos de entrarem em contato com o extraordinário acontecimento (MENEZES; ALENCAR, 1989).

Os peregrinos confiavam ser Joazeiro um lugar de interseção entre a terra e o céu, um lugar sagrado. O fato aguçou no pensamento dos peregrinos a certeza da cura de doenças e na melhoria das condições de vida. Joazeiro adquiriu notoriedade de um lugar santo, no qual Deus estaria de prontidão para ouvir e atender aos pedidos por meio das penitências e orações. Desse modo a cidade se tornou um santuário onde se edificou a crença na concretização de milagres, nutrindo a expectativa das bem-aventuranças (RAMOS, 2001).

Juazeiro do Norte concebeu-se a partir de um espaço de passagem, o povoado era um local de encontros e paradas daqueles que se destinavam a outros rumos. Agora se transfigura novamente em um espaço de passagem ao atrair peregrinos de outros espaços para contemplar as manifestações sagradas, joradas pelos corpos e crucifixos das beatas e pela figura carismática do padre Cícero.

A atuação de Padre Cícero adotou o lema oração e trabalho, possibilitando ações na área social e confortando os desprovidos que se alastravam por Joazeiro. Durante a década seguinte, 1898, padre Cícero respondeu perante o clero por muitos inquéritos, ocasionado pelos milagres presenciados e pelo fanatismo gerado na região. Viajou a Roma, em 1898, mas sempre mantendo a postura de ordem, devoção, e sem deixar de ser um grande articulador de ideias e ações. Ao retornar ao Brasil, mesmo tendo sido anistiado das penas

pelos inquisidores do Santo Ofício não os tem reconhecido pelo bispo perseguidor do Ceará, Dom Joaquim.

Sem seus direitos eclesiásticos concedidos em Joazeiro, é forçado a mudar para o Crato, mas continua aclamado pelo povo; em 1904 intervém, junto ao donatário do Ceará, Pedro Borges, representante na oligarquia Accioly, a favor da conciliação política na disputa abrupta e arisca do Crato. Renegado pela Igreja, padre Cícero estava preste a fazer da política seu novo sacerdócio. E o fez, tornou-se mais adiante na história um grande gestor público, defensor do sertão e do sertanejo. De acordo com Walker (2004, p. 4) padre Cícero aconselhava aos agricultores nestes termos:

Não toquem fogo no roçado nem na caatinga; não cacem mais e deixem os bichos viverem; não criem o boi nem o bode soltos; façam cercados e deixem o pasto descansar para se refazer; não plantem em serra acima nem façam roçado em ladeiro muito em pé, deixem o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza; façam uma cisterna no oitão de suas casas para guardar água da chuva; represem os riachos de cem em cem metros, ainda que seja com pedra solta; plantem cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só; aprendam a tirar proveito das plantas da caatinga, como maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar vocês a viverem com seca. Se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado melhorando e o povo terá sempre o que comer; mas, se não obedecer, dentro de pouco tempo o sertão vai virar um deserto só.

Padre Cícero continuou proibido de manifestar qualquer opinião sobre “os fatos Milagrosos de Joazeiro”. Mas recebeu de Dom Joaquim, então Bispo de Fortaleza licença para novamente morar em Joazeiro. Assim, fez política de silêncio acerca do “milagre”. As romarias continuavam aumentando, mas com o foco em Nossa senhora das Dores e nas bênçãos do Padre Cícero, que transmitia confiança e fortaleza para o povo que acreditava ser ele um santo e como tal o procurava para aconselhamentos e pedidos de ajuda. (RAMOS, 2001).

Afirma (ibidem, p.353) que Padre Cícero:

Pressionado pelas interdições da Igreja, tentou de todas as formas, preservar o movimento dos peregrinos. Mesmo proibido de exercer o sacerdócio, continua a ter contato com os fiéis. Ao cair da tarde, costumava aparecer à janela de sua casa para dar a bênção aos romeiros. Na sua curta homilia, dava conselhos calcados na mensagem evangélica e ensinava de tudo, desde remédios caseiros.

Segundo Gadelha (2000, p.75), os juazeirenses consideram o Padre Cícero como o maior benfeitor de Juazeiro, o personagem mais extraordinário da história local, “uma das figuras mais controvertida da Igreja e da política cearense representa um capítulo à parte na história da Igreja mística do Nordeste brasileiro”. Padre Cícero soube fazer aliados por meio de sua postura firme e conciliadora, e assim construiu elos com muitos que o apoiaram e levaram ao crescimento de Juazeiro.

Ele foi responsável pela vinda de muitos empreendimentos ao município (Juazeiro foi elevado a município em 1911 em uma acirrada disputa com o Crato), tais como as capelas de N. S. do Perpétuo Socorro, de São Vicente, de São Miguel e a Igreja de Nossa Senhora das Dores, incentivou a fundação do primeiro jornal local “O Rebate”, criou a Associação dos Empregados do Comércio e o Apostolado da Oração, Ordem dos Salesianos, campo de futebol, aeroporto. Dinamizou o artesanato artístico e utilitário, instalou o ramo de ourivesaria, expandiu a agricultura, implantou escolas, a exemplo da Escola Normal Rural e o Orfanato Jesus Maria José. Projetou Juazeiro do Norte no cenário político nacional, ajudou a alavancar o lugarejo na maior e mais importante cidade do interior cearense. (SOBREIRA, 1968).

Figura: 15 Juazeiro do Norte em 1911



Fonte: www.portaldejuazeiro.com(2014).

Padre Cícero, junto com outras figuras da época incentivou e influenciou a cultura de Juazeiro ao estimular as oficinas de ofício, e também se considera que este local, ao atrair pessoas de todas as regiões, movidas pela fé e esperança em melhores condições de vida, fez nascer um celeiro artístico eclético e multicultural. Juazeiro absorvia tudo, e de tudo se encontrava e crescia em Juazeiro. Cordel, cinema, teatro, escultura, dança e a outras manifestações culturais da região, que, sem dúvida, compõem um fato, uma expressão para o povo que vivencia um espaço apontado e sentido como “sagrado” de acordo com a convicção dos seguidores do Padre Cícero. Espaço Sagrado para Rosendahl (2001, p. 30) significa:

Campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade.

Como homem religioso, o Padre Cícero mobilizou o espaço “sagrado” e o “profano” com sabedoria interagindo a conduta religiosa com a política. Difundiu e deixou um considerável legado para o povo do Cariri, registrado por muitos pesquisadores em livros e por artistas em suas obras. O acontecimento religioso é uma prática em todos os países e

sociedades, manifestado das mais diversas formas como afirma Santana (2009, p. 13) ao explicar.

Embora alguns a rejeitem, a maioria das opiniões defendem que a religiosidade é inerente à natureza humana e mesmo os que a negam aceitam que é importante para o equilíbrio psicológico das pessoas. Presença marcante dentro de um sistema social, ela é a maneira de lidar com o imponderável da vida, com aquilo que foge à razão, com os mistérios da vida, da morte e da existência.

Diante dessa realidade, considerável número de pessoas de todos os locais instalam-se em Juazeiro no final da década de 1890, levados pela fé nos poderes do Padre Cícero, procurando trabalho e melhores condições de vida. A religião foi causa das migrações, o comércio paulatinamente se transformou, cresceu a circulação de dinheiro com as vendas de artigos religiosos e essa dinâmica passou a atrair vendedores, comerciantes que passaram a morar em Juazeiro. Em 1890, havia no povoado aproximadamente 2.245 mil habitantes. Esse número se elevou para 15.000 já em 1909, e em 2010 a população já atinge a elevada soma de 249.939 habitantes. Padre Cícero, um dos poucos homens de estudo no lugar, foi solicitado a assumir posicionamentos políticos e em pouco tempo, conquistou a independência de Juazeiro do Norte, que era vinculado ao Crato. Em 1911, assumiu o cargo de primeiro prefeito de Juazeiro, conforme afirma Ramos (2001).

Della Cava (2014), estudioso de Juazeiro que publicou relevante obra em 1985 e reeditou-a em 2014, diz que Padre Cícero tornou-se chefe político influente, não só no Cariri, mas em todo o Nordeste. Padre Cícero pensou, articulou e vivenciou movimentos históricos singulares e marcantes como de Canudos, Seca de Quinze, Emancipação de Juazeiro, Sedição de Juazeiro, Coluna Prestes, Coronelismo, Lampião e Cangaço, entre outros episódios, no qual a sabedoria conciliadora, desafiante, perseverante e religiosa atraía seguidores para as conquistas necessárias.

Quando não se comprometia espontaneamente era comprometido por pressão, então inaceitável à história desprezá-lo visto o prestígio do padre Cícero na história regional. Assinou, em 1911, ao assumir a cargo de primeiro prefeito de Juazeiro, o pacto de harmonia política com os chefes políticos do Cariri, nomeado como “Pacto de Coronéis”. Desse modo, Padre Cícero impulsionou o desenvolvimento de um dos maiores centros religioso do Nordeste, ou seja, Juazeiro do Norte, que é hoje o segundo maior centro religioso do País, ficando atrás somente de Aparecida do Norte, em São Paulo.

Um século se passou desde a emancipação de Juazeiro do Norte; é constatada a expansão acelerada da cidade, a maior da Região do Cariri que passou a ser região metropolitana a partir da Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009. Com as

complexidades, exuberâncias e contradições sociais e culturais de um grande ajuntamento humano, abriga riqueza natural de um verdadeiro oásis ao Sul do Ceará. A Região Metropolitana do Cariri é formada pelos municípios de Juazeiro, Barbalha, Crato, Santana do Cariri, Nova Olinda, Farias Brito, Missão Velha e Jardim.

Figura 16: Região Metropolitana do Cariri



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Fonte: www.ipece.ce.gov.br (2014).

Em 2014, Juazeiro do Norte é considerada a maior e mais importante cidade do interior do estado em termos econômicos e culturais segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), e cidade referência no Nordeste. Ainda é considerado um dos maiores centros religiosidade popular da América Latina atraindo milhões de pessoas todos os anos. A população é estimada em 263.704 habitantes, segundo o IBGE (2014).

Em aspectos geográficos, possui excelente localização, equidistante das principais capitais do nordeste, Fortaleza (528 km), Teresina (528 km), João Pessoa (631 km), Natal (648 km) e Recife (658 km). Suas coordenadas geográficas são: Latitude: 7° 12' 47" Longitude: 39° 18' 55", bem ao sul do Estado do Ceará. Limita-se ao norte com Caririáçu, Missão Velha ao leste, Barbalha ao sul, e Crato a oeste. Possui um clima tropical quente. Juazeiro é um dos menores municípios brasileiros com área territorial de 248.832 Km², tendo

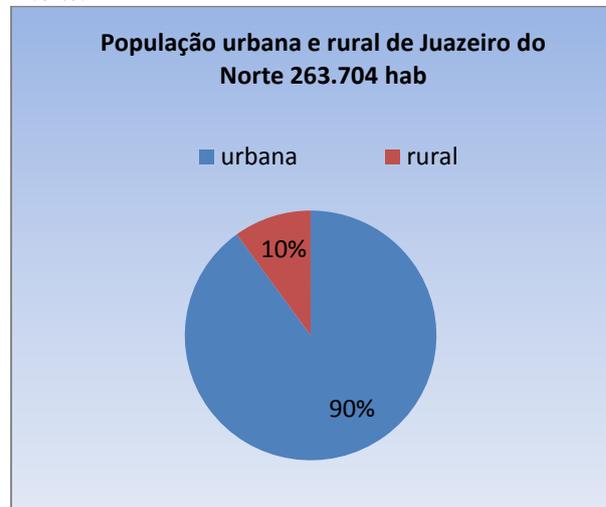
95% da sua população residindo em área urbana. O acesso a Juazeiro do Norte se dá pelas seguintes rodovias: CE 292, CE 386, CE 060, BR 116 e BR 122.

Figura 17- Localização geográfica de Juazeiro do Norte.



Fonte: Google maps (2014)

Figura 18- População urbana e rural de Juazeiro do Norte.



Fonte: Estimativa IBGE 2014.

Juazeiro do Norte está em transformação econômica, e como muita cidade vivencia um crescimento alarmante economicamente, mas não um desenvolvimento, pois as demais dimensões como social, ambiental, educacional, e principalmente política institucional deixam a desejar, ao caminhar pela cidade é perceptível agravantes desigualdades e descaso público visível. A cidade cresce, muito mais por investimentos da iniciativa privada e por na última década ter implantado um polo acadêmico considerável; educação conscientiza as pessoas e esse fato fez e faz com que as mesmas se percebam com sujeitos de direitos e deveres para cobrar do ente público e da sociedade as reformulações e aplicabilidade das leis em prol da qualidade de vida.

2.2. O artesanato de Juazeiro do Norte: manifestações do saber que contempla e dignifica o artesanato e sua arte

Em Juazeiro do Norte a religiosidade foi vinculada a sua expansão. Então, não há como deixar de relacionar as referências sobre o nome responsável não só pela fundação e desenvolvimento de Juazeiro do Norte, mas pelo estímulo na popularização dos ofícios que difundiram as tipologias artesanais presentes na região do Cariri: o Padre Cícero Romão Batista.

Ressalta-se que foi o sacerdote quem acolhia as legiões de sertanejos a procura de refúgio no lugarejo que seria Juazeiro do Norte. Segundo registro da história local, os mesmos

ouviam do padre a clara recomendação de que deveriam professar os dogmas católicos e aprender um ofício para assegurar e dignificar o adequado sustento. E assim, os que chegavam a esta localidade cumpriam exatamente a orientação do Padre Cícero, fazendo seus oratórios nas salas e uma oficina nos fundos de cada casa.

Quem não tecia, bordava, pintava, costurava, esculpia, talhava, fundia ou trançava, dedicavam-se a aprender e ensinar a habilidade para os sucessores, desse modo garantiam a vivência no local e as bênçãos do “Padim” (forma como os moradores chamavam o Padre Cícero). Os peregrinos que se fixavam no pequeno vilarejo que originou Juazeiro, incentivados pelo religioso, começaram então a produzir utensílios para o cotidiano e gerando renda para o local (WALKER, 2004).

Mais de 100 anos se passaram e Juazeiro do Norte tornou-se uma cidade expoente de manifestação cultural, motivada pelo grande centro de religiosidade popular da América Latina que se difundiu graças à figura do Padre Cícero.

O artesanato, uma das atividades do município, incentivado ainda na época do sacerdote, possui relevante participação na economia e a cidade se transformou em um celeiro de artistas conhecidos nacional e internacionalmente. Pesquisa realizada pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em todo o país e divulgada em março de 2009, constatou que Juazeiro do Norte é o maior em população envolvida em atividades culturais.

Atualmente, a cidade possui um considerável número de artesãos e de associações voltadas para o artesanato. Algumas conhecidas como o Centro de Cultura Popular Mestre Noza, ponto de parada obrigatória para turistas; Associação de Xilógrafos e Artesãos do Cariri, a Associação dos Artesãos Mãe das Dores do Padre Cícero, dentre outros.

De acordo com publicação do SEBRAE (2011) sobre “Caminhos do Fazer, Guia de Produtos Associados ao Turismo”, o contato com matérias-primas como o barro, fibras naturais e a madeira, expôs vocações em Juazeiro do Norte.

Muitos artesãos passaram à escultura, especialmente inspirados na temática religiosa, outros nos entrançados criativos permitidos pelo manuseio das fibras e tantos outros objetos e utilidades pensados e criados com uma variedade de misturas e matérias-primas. Imagens sacras ou que retratam a vida sertaneja, de todos os tamanhos podem ser encontrados, do simples *souvenir* de gesso a grandes esculturas finamente executadas com argila e fibra de vidro.

O “Estudo Setorial do Artesanato” do SEBRAE (2013) Ceará classifica o município como um dos mais ricos em tipologias. As técnicas mais presentes são associadas ao trabalho em cerâmica, couro, madeira, rendas, fibras naturais e tecelagem.

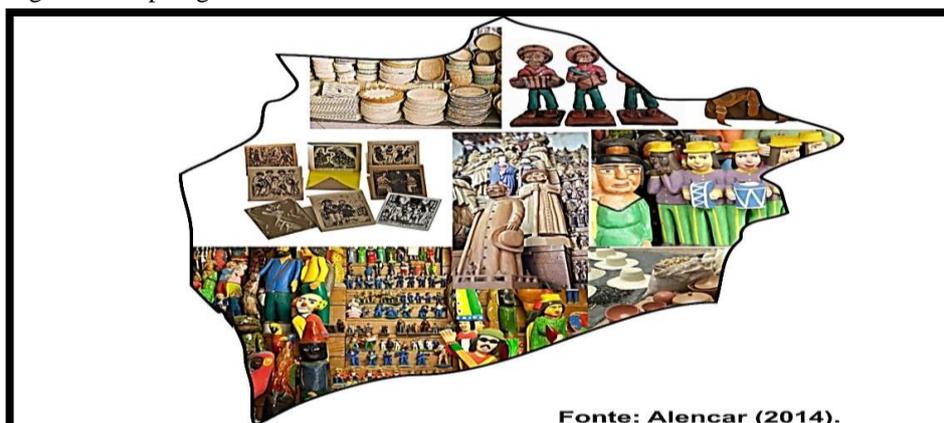
Com uma população urbana superior 95% segundo IBGE (2012), pluridade artesanal é o que não falta à cidade. As mãos céleres e talentosas dos artesãos juazeirenses deixam marcar únicas, solidificando a expressão artística regional.

Seja nos utensílios em palha, bordados e nas xilogravuras que se adaptam as mais diversas manifestações da arte, ao ir além das capas dos livrinhos de cordel, bem como na nova geração de tipologias: os reciclados. Um campo que ascende com originais utilidades e plasticidades das peças construídas a partir de outras configurações primárias.

Essa cidade de inspiração e transpiração artística tem registrado junto à Secretaria de Cultura do Ceará o total de 72 grupos populares, sendo grupos folclóricos de reisado, maneiro-pau, malhação de Judas, entre outros. A literatura de cordel e a xilogravura também são bastante difundidas, especialmente em função da Gráfica da Lira Nordestina. O repente é algo muito popular, com grandes artistas versando desafios de rimas. A cidade possui ainda uma orquestra de rabecas. Já o teatro se desenvolve satisfatoriamente e o município, que não possuía nenhum, agora conta com três teatros e um centro cultural e vários espaços destinados a manifestações artísticas, possibilitando a cada vez mais a proliferação das mesmas.

Por seu marcante aspecto cultural, Juazeiro do Norte demonstra tendências a inovação e criatividade que permite a seus atores manifestar e buscar formas alternativas de uma nova economia que seja inclusiva, de forma a promover o resgate, a organização e a valorização do seu trabalho, promovendo o crescimento humano e técnico dos artesãos para ampliar suas oportunidades de trabalho, geração de renda e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das localidades melhorando as condições de vida dos artesãos e conseqüentemente dessa região.

Figura: 19 Tipologias artesanais de Juazeiro do Norte.



3. TRAMAS E DISCUSSÕES

Tramar, discutir, expor, ler, reler, pensar, refletir e escrever o trançado, o esculpido e o xilografado de ideias e pensamentos acerca dos temas discutidos adiante. (Fernanda Agra).

3.1. O artesanato: nascitura da construção de saberes: artesão x artesanato

A arte do artesão é a sua criação!

E será que a criação satisfaz o artesão? Questionamentos a serem discutidos e pesquisados, mas principalmente serem observados no contexto de fora para dentro, de dentro para fora e de dentro para dentro.

Neste ponto, o pesquisador assume a postura do estudo do artesanato - de um povo - relacionando-o com a sociedade em que é feito.

O artesanato relaciona-se a uma matriz mítica ou a um sistema sociocultural autônomo que dão aos objetos produzidos sentidos únicos e precisos, mas deve-se observar que esta construção cultural é multicondicionada, e que a arte e o artesanato possuem um local específico dentro da sociedade, desempenhando cada um o seu papel e seus significados. (DONABELLA, 2012).

A partir deste ponto, aponta-se a questão do local em que a arte e artesanato são realizados (enquanto obra), em que são comercializados, em que são consumidos, em que são estudados, em que são analisados. A arte e o artesanato são antes de tudo o trabalho de pessoas que, com finalidades diversas, realizam algo que tocam ou afloram a sensibilidade do ser.

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas esferas histórica, econômica, social, cultural e ambiental, pois surge da interação das mesmas e reproduz o reflexo das mesmas esferas.

Pereira (1979) ressalta que para ser compreendido, o artesanato não pode ser apenas visto como um conjunto de procedimentos dirigidos à produção de bens manufaturados, mas na reciprocidade das afinidades com o meio em que se desenvolve, ou seja, dentro da conjuntura cultural que, num determinado momento, geram as condições que lhe dão origem e existência.

A riqueza cultural se propaga em muitas e diferentes manifestações, algumas delas de maneira inovadora, seja porque são singulares, não aparecendo em nenhuma outra região do país, seja porque assumem na região aspectos únicos, em harmonia com as

especificidades da tradição e dos hábitos locais. O artesanato é um típico exemplo nessa direção (DINIZ; DINIZ, 2007).

O artesanato, para os segmentos populares, se baseia na experiência vivida e transmitida de geração para geração. A tradição familiar tem enorme peso no processo criativo. Pertencer a uma família de artistas ou crescer em meio artesanal é, geralmente, um meio de não só “dar continuidade à categoria”, mas manter os vínculos afetivos, a memória, as trocas simbólicas e os elos de solidariedade e dons necessários à gestão do cotidiano de cada artesão (DIAS, 2013).

E como separar o artesão do artesanato e distingui-lo da arte? Só consegui diante de definições encontradas nas bibliografias, mas a abstração que resulta na concretude relaciona todos estes conceitos.

Segundo o conceito estabelecido pela Portaria SCS/MDIC nº 29, de 05 de Outubro de 2010, o artesão:

É o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

E o artesanato, segundo a mesma portaria:

Compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (*possui valor simbólico e identidade cultural*), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios.

Já na arte, representa toda e qualquer manifestação através de habilidades que retratam um período, um local, a cultura, e/ou emoções demonstradas pelo artista, no qual a originalidade é um ponto central. “O artista necessita dominar a matéria-prima como o faz o artesão, mas está livre da ação repetitiva frente a um modelo ou protótipo escolhido, partindo sempre para fazer algo que seja de sua própria criação”(PORTARIA SCS/MDIC, N°29).

Ambas as citações se complementam descrevendo que o artesão gera o produto de sua criatividade através de processos, e o artesanato é o resultado palpável do trabalho do artesão. Um nasce do outro e inspira o outro. E a arte revelada a partir de multiconfigurações pode, em algumas situações, ser tomada como referência e ser reproduzida como artesanato.

3.1.1. Recorte histórico do artesanato

A produção artesanal acompanha o homem em sua história. Data-se que os primeiros artesãos surgiram no período neolítico (6.000 a.C) quando o homem aprendeu a polir a pedra, a fabricar a cerâmica e descobriu a tecelagem das fibras animais e vegetais. (VALLADARES, 1980)

No Brasil, o surgimento da produção artesanal também é desta época. Pesquisas identificam uma indústria lítica e a fabricação de cerâmica no sudeste do estado do Piauí há 6.000 a.C sendo que a concretização das técnicas artesanais ocorreu como consequência da interação entre índios, negros e brancos no transcorrer de quatro séculos, e reflete os aspectos culturais e regionais dessa miscigenação, o que torna o artesanato brasileiro singular (ibidem, 1980).

A Enciclopédia Miradora (1980, p.868) registra o seguinte:

O termo artesanato ou arte-sanato tem tido, desde seu aparecimento, em fins do séc. XIX significação ambígua, englobando o conjunto das atividades manuais não - agrícolas, de tal sorte que não distinguia entre o artesão e o artista, destes últimos compreendidos os profissionais liberais, distinção que em italiano e francês, por exemplo, já se vai precisar no correr do séc. XVIII. Do ponto de vista de sua importância histórica, pode-se, entretanto, atribuir-lhe três significados distintos: a) o artesanato como forma específica de organização da produção e regulamentação do trabalho, dominante na Idade Média o significado mais importante que habitualmente atribuiu ao termo; b) o artesanato como forma de produção em pequenas empresas que comportam o reduzido número de empregados, geralmente inferior a dez; c) a forma atual do artesanato como trabalho individual isolado, no qual se inclui, entre outros, o trabalho manual de finalidade artística ou estética.

O artesanato tornou-se melhor estruturado como segmento de trabalho, na Idade Média, quando a produção concentrava-se nas mãos dos artesãos que posteriormente se uniram para suprir necessidades latentes do mercado de trabalho e consumo, configurando numa forma de trabalho cooperado.

As primeiras manifestações artesanais no Ocidente Europeu estão atreladas à constituição dos burgos (vilas, ou pequenas cidades) e ao início das atividades urbanas.

Alguns documentos históricos expõem que o artesanato caracteriza-se por ser uma produção familiar, na qual o artesão domina os meios de produção - oficina e ferramentas - trabalha com a família e realiza todas as etapas da produção – da escolha e preparo da matéria-prima ao acabamento final.

Este tipo de produção originou as Corporações de Ofício, que eram associações existentes no final da Idade Média, que reuniam trabalhadores (artesãos) de uma mesma profissão.

Estas associações serviam para defender os interesses trabalhistas e econômicos dos trabalhadores. Cada profissional contribuía com uma taxa para manter a associação em funcionamento.

As corporações de ofício eram bem organizadas e dividiam-se internamente da seguinte forma: Mestres (eram os donos de oficina e com muita experiência no ramo em que atuava); Oficiais (tinham uma boa experiência na área e recebiam salário pela função exercida); Aprendizes (eram jovens em começo de carreira que estavam na oficina para aprender o trabalho, não recebiam salário, mas ganhavam, muitas vezes, uma espécie de ajuda como moradia, alimentação e vestuário). (LANGHANS, 1946)

Nesta época da história, o fazer não estava ligado somente aos aspectos técnicos, refletia as condições de vida dos seus artesãos e suas expressões eram uma forma de comunicação da questão social.

A mecanização, imposta pela Revolução Industrial, no Século XVIII desvalorizou o artesanato, o que levou o inglês William Morris a fundar o grupo de Artes e Ofícios, cujo objetivo era valorizar o trabalho artesanal e identificar o artesão como um produtor de objetos intrinsecamente ligados à cultura popular.

Outra referência pertinente a ser feita é que o artesão foi levado de forma impositiva e de sobrevivência a repassar sua produção aos chamados negociantes que detinham o acesso ao mercado e comercializariam os produtos, e repassariam as matérias-primas aos artesãos para que produzissem, assim identifica-se uma relação de poder sendo construída, ao instituir uma hierarquia social que vedava o acesso dos que detinham a técnica ao mercado.

Evoluindo-se nesta historicidade, os detentores do mercado, os capitalistas, não detinham o controle da técnica de produção que ainda estava nas mãos de quem participava do processo de trabalho, os artesãos, então o controle social não estava pleno, fazendo com que os detentores do capital os agrupassem em espaços de trabalhos chamados de fábricas, e fizessem destes espaços de mecanismos de controle, hierarquia de produção e disciplina no trabalho.

O sistema fabril retratou, exatamente, a perda do domínio pelos artesãos ou trabalhadores domésticos do processo de produção. Na fábrica, a hierarquia, a disciplina, a vigilância e outras formas de controle tornaram-se concretas de tal forma que os trabalhadores findaram por se resignar a um regime de trabalho ditado pelas normas dos mestres e contramestres, o que se refletiu no domínio do capitalista sobre o processo de trabalho.

Então, a mecanização foi secundária no processo de transformação do artesão em operário; primeiro ocorreu a dominação via sistema fabril e depois a mecanização, o uso da tecnologia para coibir retaliações da agora chamada classe trabalhadora, a tecnologia colaborou para a consumação de uma ordem única na força de trabalho. “As máquinas não só supunham uma ameaça com respeito aos postos de trabalho, mas contra todo um modo de vida que compreendia a liberdade, a dignidade e o sentido de parentesco do artesão” (DICKSON p.61, 1980).

A inovação tecnológica foi utilizada, também, como meio de resposta decisiva do gestor capitalista diante as ameaças dos trabalhadores que já estavam acostumados com o regime fabril, e começavam a reivindicar melhorias via movimentos de resistência, já no século XIX.

As máquinas começaram a ser introduzidas não somente para ajudar a criar um marco dentro do qual se podia impor uma disciplina, mas também, muito frequentemente, sua introdução se deveu a uma ação consciente por parte dos patrões para controlar as greves e as outras formas de militância industrial. Inclusive, a ameaça da mecanização, com o desemprego implícito que levava consigo, era frequentemente utilizada pelos patrões para manter os baixos salários” (ibidem, p.63).

Durante as três fases da Revolução Industrial compreendida entre o século XVIII e o XX (a primeira fase: substituição do trabalho artesanal (manufatura) por trabalho utilizando máquinas; a segunda fase: se deu a partir da utilização do petróleo e da eletricidade como energia; a terceira fase: a da revolução tecnológica) houve muitas insurgências da classe trabalhadora em prol de serem inseridas ou criarem alternativas de vivência com dignidade e assunção de direitos.

No século XX a motivação para se pensar, estudar e aplicar novas formas de geração de renda e desenvolvimento socioeconômico eclodiu mais veemente, pois muitos não foram e não são absorvidos pelos processos produtivos, ficando à margem da inclusão capitalista.

Este contexto ocorre em meio aos que excluídos estão ou que não se identificam com o modelo preposto pela sociedade capitalista; o ressurgimento da união dos saberes locais em associações ou outro meio de coletividade para criarem meios de produção e vivência através do artesanato, alvo dessa pesquisa.

Para D’Ávila (1984) o artesanato está diretamente ligado à questão do emprego como solução de curto prazo para os países em desenvolvimento. O estímulo à produção artesanal requer baixos investimentos, dando chances a uma imensa parcela da população à participação econômica efetiva.

Para o autor a importância do processo de produção artesanal reside ainda no resgate de valores humanos - habilidades pessoais, subjetividade, criatividade, liberdade de produção, autonomia, beleza – em contraposição aos processos industriais – de mecanização e automação. O autor ressalta o alto valor agregado do produto artesanal, e sua condição para penetrar em países onde os produtos manufaturados têm o melhor mercado.

3.2. Associativismo

Depois de entendermos o contexto histórico do artesanato e a transição do artesão, trabalhador oprimido, sucumbido pela revolução capitalista, iniciar-se-á a seguir a proposta do associativismo, apresentado nos aspectos conceituais e jurídicos, para entender como essa nova forma contra-hegemônica atua e sinaliza para propostas que permitam a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos, em particular face, a dos artesãos, público alvo dessa pesquisa, de modo a possibilitá-los a perpetuar sua arte com dignidade e sem controle social.

3.2.1 Associativismo: essência e construção teórica

O associativismo corresponde a realizações inovadoras, associadas a novos valores e princípios que se opõem às práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias.

A construção do novo, do socialmente mais avançado, remete a processos complexos que ultrapassam a mediocridade e as limitações das relações de produção capitalistas.

O associativismo é uma ação embasada em outra economia que é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. Esses princípios não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro (CATTANI, 2009).

A associação é uma interpretação em atos do princípio de solidariedade que se manifesta pela menção ao bem comum, “ressaltando pertencas herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertencas construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática.” (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 21).

A formação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva. Em sentido genérico, incluindo tanto as formas jurídicas associativas, como as cooperativas e mutualistas.

A associação pode ser abordada sociologicamente como um espaço em que opera a passagem, graças a um encontro interpessoal, entre redes de sociabilidades primárias e secundárias, entre esferas privada e pública (LAVILLE, 2004). As interações diretas construídas superam o acordo entre pessoas para incorporá-lo na procura de finalidades que se completam.

A cada ano surgem e desenvolvem-se muitas associações, nas quais se idealizam novos espaços de aceção e de aplicabilidade da cidadania, inserindo-se redes de solidariedade e ajuda mútua, distante, em grande maioria, da atuação do Estado ou do mercado.

O fenômeno associativo cresce como resposta aos meios insatisfatórios postos na sociedade, mas a essência do associar-se, do bem comum, do alcance coletivo, ou melhor, do envolvimento entre partes e meio e vice-versa é um ponto problemático que precisa ser refletido e analisado.

O ato mesmo de associar-se interpela diretamente categorias sociológicas fundamentais de análise. Se o vínculo de associação é irreduzível tanto ao cálculo de interesse quanto aos jogos e relações de poder, isso ocorre porque ele indica outra modalidade do laço social e político, a solidariedade. (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 24)

Desse modo, as ações e constituições associativas como (mutualidades, cooperativas, sindicatos, associações civis, e etc.) fundam uma doutrina original: o associacionismo.

Reconhecer esse pressuposto permite esclarecer o que atribui ao agir associativo sua singularidade, antes de resgatarem-se as fundamentações que fizeram dele o princípio de um propósito político.

Explicar o agir associativo a partir de estímulos especificamente utilitários resultaria em inconclusões. Assim acontece com as abordagens acerca do terceiro setor referentes à economia neoclássica, que buscaram interpretar a vantagem corporativa das associações via imposição de não-lucratividade (LAVILLE, 2009).

De acordo com essas análises, a conduta abnegada dos agentes torna-se o indício de firmeza que levam aos usuários a buscarem os serviços. Os usuários são atraídos pelo envolvimento de ideias e vontades e pela falta de ganância e desprendimento dos realizadores de organizações não-lucrativas.

Ali é um local, no qual o ser percebe-se sujeito e não objeto explorado por suas necessidades, e então surge um enigma de interesse e não interesse. Qual será o resultado

disso? Depende do envolvimento e solidariedade aplicada com afinco em busca de um gerir holístico, inclusivo e próspero.

Em relação às percepções da economia social que associam a solidariedade ao empenho coletivo, geral ou mútuo, elas deixam “de lado um vasto mundo de motivações e de racionalidades não consumistas e não instrumentais” (EVERS, 2000, p. 568 *apud* CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 21). As práticas associativas só podem ser inferidas de formas singulares a partir de uma conceituação que coloque o significado de solidariedade como um fundamento de postura coletiva emancipada.

A solidariedade reporta-se à autonomia construtiva de se prosperarem atividades cooperativas que vão além da busca da “capacidade do homem de se relacionar com o seu semelhante por meio do diálogo, do encontro e da responsabilidade, entre dois sujeitos” (BUBER, 2007 p. 123), a lógica do interesse.

A adesão a um bem comum não basta para se constituírem os elementos necessários a uma ação duradoura, pois ela deve ser acompanhada de um acordo sobre princípios de justificativa (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1992 *apud* CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 22).

Esses princípios assumem a forma de lógicas institucionais quando oferecem regras fiáveis em matéria de: prestações; relações com os usuários e com os membros; recrutamento e formação; representação e expressão dos voluntários e dos assalariados; e, entre outras, de mobilização dos recursos (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Para se liberarem de um trabalho interpretativo extenuante, as relações cristalizam-se em torno dessas lógicas (doméstica, de ajuda social, de ajuda mútua, de movimento social, etc.), facilitando a sua coordenação. Essa organização explica por que a associação, quando de seus primórdios, dá mostras de criatividade, mas apresenta-se frágil ao buscar a consolidação que atualize seu projeto fundador.

A complexa preparação de um espaço emblemático limitado pela habilidade de preparar fatos gerais para abordar um bem comum colide-se constantemente com os elementos estáticos e rígidos de uma organização.

Questionar-se a partir desse referencial, se a associação institui-se uma política e, caso seja, qual seria ela.

Uma tradição política negligenciada, a do socialismo associacionista francês, tentou fornecer uma resposta positiva a esse questionamento. É claro que o socialismo jamais teve o monopólio da associação, que foi teorizada e praticada tanto no campo liberal, quanto no campo conservador. (*ibidem*, p. 25)

Acontece que, enquanto alguns buscavam na associação uma solução aos exageros do individualismo e do empoderamento do Estado, outros, como os socialistas associacionistas franceses, extrapolaram o primeiro propósito. Eles instituíram a Associação como princípio como regra para pensar e reformular os contextos sócio-político-econômico-moral.

Associar os homens não se compreende em acordar seus interesses em prol de um benefício máximo, mas sim em associar os entusiasmos para alcançar harmonia (Fourier), em robustecer os sentimentos e vínculos de simpatia que unam os homens (Saint-Simon) ou em concretizar a integridade, desenvolvendo novas uniões de mutualidade ou de reciprocidade (Proudhon). (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Essa moral é indissociável da filosofia da história defendida por esses autores, contrastando radicalmente com a grande narrativa liberal. Segundo esta, o progresso da humanidade identifica-se com a liberação do homem de todas as correntes que o prendiam, mas, ao contrário, o progresso da humanidade é, acima de tudo, o progresso da associação, o caminho rumo à Associação Universal. (SAINT-SIMON *apud* CHANIAL; LAVILLE 2009 p.23)

A Associação, como fundamento de uma reestruturação total da sociedade, adquiriu uma dupla acepção, ao mesmo tempo política e social. A Revolução democrática e social de 1848 instaurada na França e alastrada pela Europa central e oriental contribuiu para isso ao pretender – pelo menos idealmente – simbolizar essa dupla conexão. Sendo uma revolução dos cidadãos e dos trabalhadores associados, ela buscou assegurar concomitantemente, por meio do sufrágio universal, a garantia de associação no nível do Estado e, organização do trabalho, o direito de associação dos meios econômica. Reforma política e social é agora inseparável: o homem não poderia ter direitos civis e ser respectivamente servo do espaço de trabalho.

A independência do indivíduo pressupõe que o mesmo consiga desenvolver uma sociabilidade a partir do fortalecimento dos vínculos de cooperação, e exige, deste modo, a propagação dos modelos e dos ambientes cívicos de participação. É por meio do comprometimento que os associados poderão constituir espontaneamente cada uma de suas capacidades, e alcançar autonomia e responsabilidade de suas escolhas e o reconhecimento com sujeito de direitos e deveres.

3.2.2 Construção jurídica do associativismo

Juridicamente, as associações são organizações que têm por finalidade a promoção de assistência social, cultural, representação política, defesa de interesses de

classes, filantropia. São entidades jurídicas de direito privado, formadas pela união de pessoas que se organizam para realização de atividades não econômicas, ou seja, sem fins lucrativos. (CODIGO CIVIL ATUALIZADO BRASIL, 2013).

Por seu fundamento doutrinário as associações são embasadas na autogestão, mediante assembleia geral dos sócios, na qual são definidas as políticas e diretrizes da entidade, assim como são eleitos os representantes responsáveis pela administração da associação.

As associações são regimentadas tanto na Constituição Federal, quanto no Novo Código Civil. Em ambos, estão especificadas as leis que regulamentam a norma e o embasamento organizacional das associações em nosso país. Os Estados podem ter legislações com peculiaridades, mas sem contrariar as leis federais e mantendo-se subordinada a mesma. Os artigos que discorrem sobre a associação são (artigo 5º, XXI a XXI e artigo 174 § 2º) da Constituição e Federal e o artigo 51 e 53 da lei nº 10.406/2002 do Novo Código Civil.

A legislação brasileira não estabelece um número mínimo para se organizar uma associação, em principio bastariam duas pessoas. Na prática seria de dez pessoas, pois é o quantitativo necessário para preencher os cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal que o Novo Código Civil Brasileiro exige que sejam formados.

Em regra não existe remuneração para seus dirigentes nem distribuição de sobras entre seus associados. O que as mantém são as contribuições dos sócios ou a cobrança pelos serviços prestados; contratos e acordos firmados; doações etc. E segundo o novo Código civil a possibilidade de se remunerar os dirigentes.

O patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. O fato da associação não possuir capital social dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.

3.3. O desabrochar da economia solidária

Economia Solidária, que expressão é esta? Diante do exposto na discussão anterior, deparamo-nos com a concepção desta nova economia que surge e utiliza os princípios do associativismo de forma a ampliar a sua atuação, conforme explicita Arendt (2009, p.68) “O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se permite uma perspectiva”.

O trecho citado acima, da filósofa Hannah Arendt em sua obra intitulada, A condição Humana, leva a refletir sobre o mundo através de multiperspectivas e não por uma

única visão de referência para elucidar e discutir o que nos circunda. Normalmente, o ser humano fica enclausurado e acaba por incorporar muitas práticas, a tal ponto de não reconhecer além do que nossos olhos alcançam.

Com a recusa de conformar-se a um único modo de vida, e problematizar como isso se relaciona com questões provocadas na atualidade, referentes ao mundo do trabalho, é proposto uma discussão conceitual de alguns autores sobre a Economia Solidária.

A economia solidária assume um valor e significado renovados em face da conjuntura de recessão econômica e social que ocorre na Europa e no mundo em geral. As iniciativas solidárias surgem como respostas alternativas à falência dos Estados Sociais e ao descompromisso crescente dos mercados.

Segundo Singer e Souza (2002, p. 24), “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”.

Gaiger (2004, p. 373), coloca que a economia solidária que hoje se expande e se fortifica, não só no Brasil, mas no mundo, não são empreendimentos recentes:

O solidarismo econômico entre trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar, a formar uma história por fios que se entrelaçam em determinados momentos, história da qual a economia solidária é por assim dizer mais um episódio, com um notável poder de revitalização dos ideais emancipatórios, de politização e de convergência das suas diversas expressões concretas.

A generalização do conceito de economia solidária remonta às últimas décadas do século XX na Europa, em particular na França e em países da América do Sul, nomeadamente Brasil, Argentina e Peru (AMARO, 2012).

Luís Inácio Gaiger e Jean-Louis Laville referem-se a economia solidária da seguinte forma:

Economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com ações variadas que giram em redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. (GAIGER; LAVILLE, 2009, p.162).

A economia solidária pode ser entendida como um caminho concomitante de convívio com o capitalismo, no qual são indagadas tentativas de respostas a atual conjuntura imposta que é desigual, excludente e minoritária no acesso a qualidade de vida. Uma economia arraigada e extrapolada do ser humano para o ser humano que gera alteridade, qualidade de vida e bem-estar social.

A economia solidária passa por uma transição, na qual se questiona a desvinculação do modo de produção unicamente capitalista para uma organização dos meios de produção direcionado para o trabalho; a autonomia do trabalho como contraponto ao capital.

Oliveira (2004, p. 236, 237) retrata que:

Tomam-se como pressupostos básicos a contradição fundamental identificada por Marx e a perda de legitimidade do sistema do capital, ambas reveladas pelo crescente desemprego e precarização do emprego, e pelo esgotamento da possibilidade de que esse metabolismo social atenda às necessidades materiais e culturais da humanidade... A diretriz básica para tal é que os espaços a serem construídos deverão conter novas formas de organização da produção, dentro de uma lógica de inclusão, cujo princípio seja a autogestão e a cooperação no trabalho, mais distante possível da órbita de dominação do capital.

A economia solidária tem uma distinção peculiar que é a livre-arbítrio de ação que motiva as melhores formas de atuar frente aos empecilhos encontrados pela população dos excluídos. Para Souza; Cunha e Dakuzaku (2003, p. 8), “a economia solidária vai além, portanto, do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática”.

Percebe-se que a economia solidária, de forma geral, comporta em seu cerne a discussão e a elaboração de novas proposições, especialmente em torno de uma reformulação do fazer econômico, a sua conceituação teórica admite algumas considerações distintas (CUNHA, 2012).

A economia solidária é construída em cima de conceitos que se sobrepõem e acrescentam, mas apontam possibilidades distintas sobre uma mesma temática. Arruda (2006) definiu de forma mais humanista colocando a economia solidária dentro de um movimento de amorização e de feminização da economia; Singer (2002); Gaiger (2004) dissertam sobre o reavivamento das discussões sobre um “novo socialismo” a partir de formas organizativas inovadoras dos trabalhadores, em termos de produção e de comercialização; o termo a “economia do trabalho” de Coraggio (2013). Cita-se ainda o enfoque que Vieira (2005) chama de racionalista, da abordagem de Mance (2001) que procura definir a economia solidária (na verdade ele trabalha com o conceito de redes de colaboração solidária) a partir do seu potencial organizativo, com base nas noções de emergência e de autopoiese. (CUNHA, 2012).

Costa (2003) define de maneira mais ampla o conceito de economia solidária ao incorporar a dimensão sócio-política aos conceitos já descritos acima. Segundo o autor esta dimensão suscita uma articulação que lute pela implementação de novas respostas a crise estrutural vivenciada pela sociedade.

De qualquer forma, o que marcaria a economia solidária é a existência de uma forte articulação política. Muitas práticas surgem da mobilização comunitária, que enseja a criação de organizações que tem como propósito essencial a ação pública (extrapolando o interesse individual dos seus componentes), sendo pautadas pelo controle democrático. Estas práticas se diferenciariam daquelas do movimento associativista tradicional por trabalhar um número maior de questões que estão implicadas em um território, ou seja, construindo soluções que envolvam a organização econômica, política e social do local (CUNHA, 2012).

Pode-se ainda, entender a economia solidária a partir do olhar marxista, como expressa Paul Singer. Para o autor as práticas da mesma estão inspiradas nas lutas de classes que se contrapõem ao domínio do capital sobre o trabalhador, que destitui o ser humano do primeiro plano e enaltece o poder dos que detêm meios de produção.

Para compreender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção (SINGER, 2003, p. 14).

A Economia Solidária, para Gaiger (2009), também proporcionaria uma nova forma social de produção, mas que coabitaria com a produção capitalista procurando entender os indicadores e as possibilidades procedentes do próprio curso de desenvolvimento do empreendimento solidário de promoção à renda e reinserção produtiva.

Já para Lechat e Barcelos (2013), as relações propostas nos empreendimentos solidários se mostrariam como tentativa de um novo projeto de sociedade, ou seja, contraditórias ao próprio sistema capitalista. Assim também pensa Singer (2002) ao sugerir outro projeto político com o intuito de superação ao capitalismo, e recomenda a transição para a sociedade socialista, que concede as ações da Economia Solidária.

De modo similar, Dal Magro e Coutinho (2008), assimilam a proposta idealizada no movimento da Economia Solidária erguida em contradição ao individualismo competitivo da sociedade capitalista e destacam o processo emancipatório assegurado para além da esfera econômica dominante de produção, distribuição e consumo, voltado à composição de sentidos e permitindo a reestruturação das atividades humanas sugeridas por tais atitudes que ponderam alternativas que levem ao rompimento da lógica reprodutiva de exploração capitalista.

Conceber o trabalho no âmbito da Economia Solidária possibilita-nos problematizá-la tendo por base os princípios que entremeiam suas práticas. Existem outras possibilidades nas vivências do ser, que se apresentam às vezes como caminhos de escape, ou como ruptura frente ao sistema operante.

Notamos cada vez mais o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária de geração de trabalho e renda. Diante do exposto, nos interessa indagar se tais

empreendimentos de fato encontram-se fundamentados nos princípios econômicos solidários ou pretensamente estão neles.

Deste modo, mesmo com o progressivo número de iniciativas associada a Economia Solidária e, embora afirmamos sua colaboração; não podemos ignorar que na real fase do capitalismo, a esfera econômica sobressai-se em detrimento de outras dimensões da vida por meio do princípio econômico do mercado autorregulado, sem esquecermos que quando preciso o mercado recorre para a intervenção Estatal (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

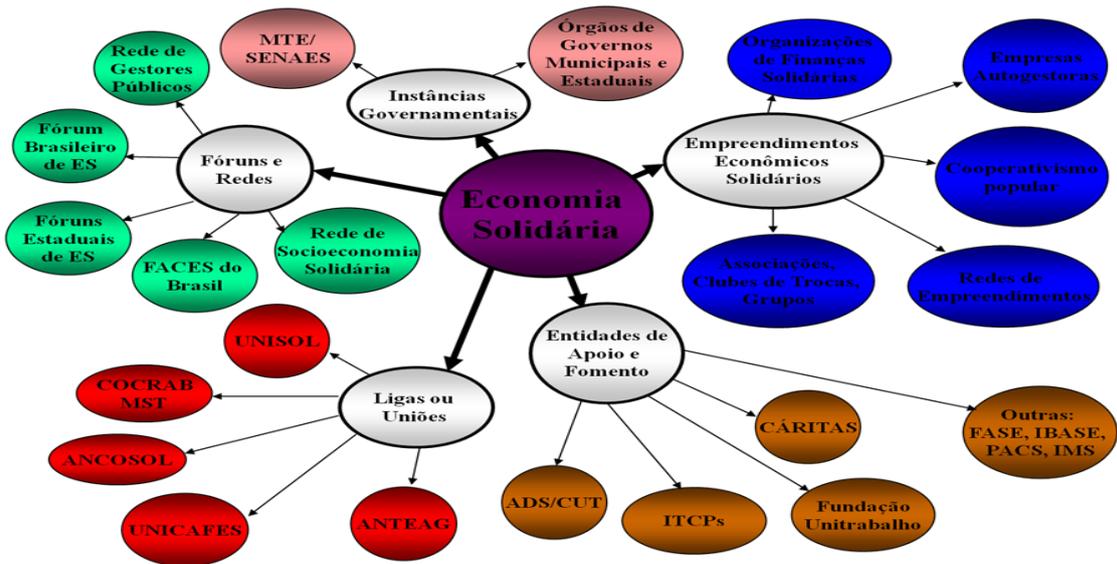
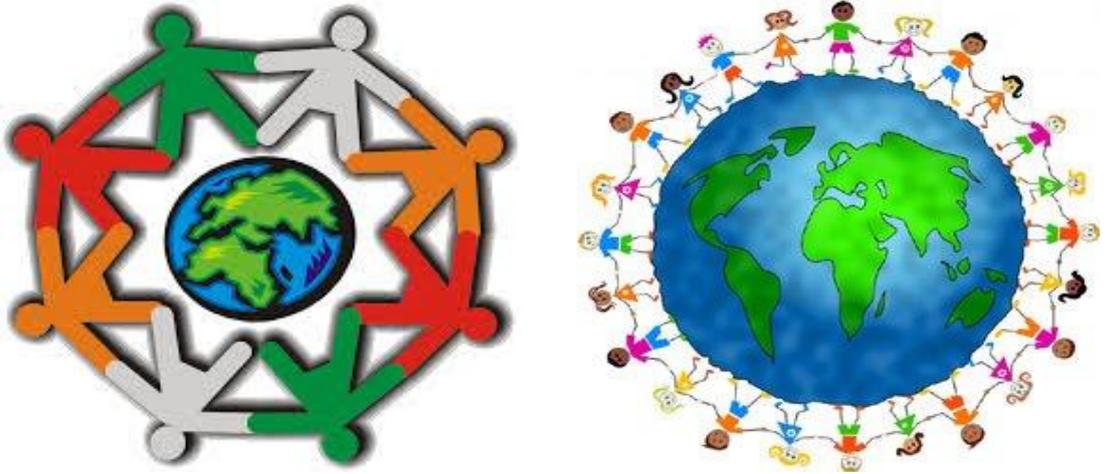
Gadotti (2008) salienta a diferença entre mercado capitalista marcado pela competição acirrada e destrutiva e mercado solidário e construtivo, uma vez que a existência do mercado é anterior ao próprio capitalismo. Logo, ressaltamos que o mercado em si mesmo não é algo bom ou ruim, ele é abstrato, são seus constituintes que podem exercer papéis negativos ou não ao próprio indivíduo e ao meio em que vivem.

Na sociedade de mercado capitalista seus valores regulam o modo de produção, tornando o mercado o valor máximo (monetário) ao substituir a sociedade de pessoas pela sociedade de mercado. No mercado solidário as trocas são encontros de pessoas e não só de mercadorias, baseiam-se nos benefícios das partes que interagem ao propor a transparência das margens de custos e a liberdade de negociação (ARRUDA, 2006).

Busca-se na Economia Solidária, a construção de um modelo econômico baseado na relação entre iguais, através da eliminação das desigualdades provenientes do capitalismo e da exploração do trabalho fundadas em relações de propriedade. Assim; na Economia Solidária, busca-se a desconstrução da figura do trabalhador como aquele que se encontra reduzido à mercadoria. (ARRUDA, 2006, p. 89)

Após conhecer análises distintas, mas que se encontram, podemos entender a economia solidária como uma proposta real de práticas que levam ao desenvolvimento a partir da autoanálise do indivíduo sobre sua real situação e da sociedade na qual ele está inserido, e na busca do trabalho em coletividade, mas com identificação entre as partes e o meio no qual ele se insere.

Figura 20: Símbolos da economia solidária



Fonte: Google Imagens (2014).

3.3.1 Economia solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária se desenvolveu entre os anos 1980 e 1990 do século XX, a partir de instituições e entidades que amparavam empreendimentos associativos comunitários e pela organização e composição de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc.

Ultimamente a economia solidária tem se destacado em diversos fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Em 2013, além do Fórum Brasileiro, existiam 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional (MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO BRASIL, 2013).

O Estado, seja na esfera federal, estadual ou municipal, também vem estimulando os empreendimentos de economia solidária. Isso ocorre através da promoção e fortalecimento de políticas públicas nesta área.

Há algo a refletir nesta atuação do Estado. Será que é uma forma de desenvolver localidades a partir das potencialidades e envolvimento dos atores sociais ou uma forma de precarizar as relações de trabalho? As políticas públicas voltadas para economia solidária realmente têm aplicabilidade, ou somente se esplandecem em projetos fabulosos?

Em âmbito nacional, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que pretendia possibilitar e organizar atividades de incentivo à Economia Solidária em todo o território nacional, buscando a criação de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento equitativo e solidário e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), fundado como órgão consultivo e propositivo para a interlocução efetiva entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 (PORTAL DO TRABALHO E EMPREGO BRASIL, 2013).

Estes dois órgãos são vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego e vêm implantando alguns programas em parceria com os demais órgãos da administração direta do Governo Federal (ministérios, secretarias, departamentos e coordenações).

Segundo a SENAES a economia solidária no Brasil é constituída de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), instâncias governamentais, Fóruns

Brasileiros de Economia Solidária (FBES), entidades de apoio e fomento e ligas ou uniões que dão suporte, assistência, capacitação e consultorias aos EES.

Os programas descritos abaixo fazem parte do Plano Plurianual (PPA 2012-2015):

- a) *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento* - promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.
- b) *Qualificação Social e Profissional (Programa Nacional de Qualificação /PNQ)* - promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.
- c) *Abastecimento Agroalimentar* - contribuir para a expansão sustentável da produção por meio da geração de excedentes para a exportação e da atenuação das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais e formar e manter estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.
- d) *Rede Solidária de Restaurantes Populare* - ampliar a oferta de refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, comercializadas a preços acessíveis.
- e) *Acesso à Alimentação* - garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.
- f) *Projeto ALFA Inclusão* - alfabetização de jovens e adultos aliada ao desenvolvimento de uma consciência empreendedora por parte dos alfabetizados em sua comunidade.
- g) *Projeto TERRA SOL* - criar meios para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária em bases solidárias; aumentar a renda das famílias; incrementar as atividades econômicas sustentáveis; valorizar as características, experiências e potencialidades locais e regionais; equidade de gênero; apoiar as iniciativas da juventude rural; respeitar e apoiar a diversidade socioeconômica e cultural; melhorar a qualidade e vida das famílias.
- h) *Agricultura Familiar – PRONAF* - fortalecer a agricultura familiar promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

- i) *Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido – CONVIVER* - criar condições de convivência da população com a seca do semiárido contribuindo para uma agricultura forte e viável, com geração de renda e melhoria da qualidade de vida no sertão nordestino. Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais e sub-regionais com maior incidência de secas.
- j) *Etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de Quilombo* - desenvolver a economia para afirmar os laços de pertencimento em comunidades negras tradicionais e saber conviver com a economia capitalista.
- k) *Educação do Campo (PRONERA)* - fortalecer a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável.
- l) *Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural* - fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços que promovam o desenvolvimento humano e a geração de trabalho e renda sustentável
- m) *Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR* - combater a situação de desemprego e subemprego em comunidades pobres rurais ou urbanas, situadas nas áreas prioritárias da política nacional de desenvolvimento regional sustentável, incluindo seus integrantes em arranjos e atividades produtivas que promovam dinamização econômica local e contribuam para o Desenvolvimento Regional.
- n) *Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COOPERSOL* - apoiar à organização e o fortalecimento de cooperativas e associações rurais, a elevação da renda e o aumento de empregos no meio rural.
- o) *Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)* - aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento de seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

- p) *Ciência e Tecnologia para a inclusão social*, apoiar e financiar pesquisas - difusão e inovações tecnológicas que representem avanços na forma de inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais, identificando demandas locais e articulando e promovendo a investigação e implementação de alternativas tecnológicas viáveis.
- q) *Resíduos Sólidos Urbanos* - incentivar a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, e promover a inserção social de catadores por meio da eliminação dos lixões e do trabalho infantil no lixo.
- r) *Programa Crédito Solidário* - financiar habitação para população com renda de até três salários mínimos, com projetos apresentados por cooperativas ou associações de trabalhadores, a ser pago em 20 anos, com custo financeiro limitado exclusivamente à correção monetária.

Percebe-se a quantidade de programas existentes em prol do estímulo da economia solidária no Brasil, mas há muito que fazer principalmente na regulamentação e marco jurídico específico para economia solidária.

Foram muitas as conquistas já obtidas pela economia solidária, mas que ainda revelam grandes dificuldades e fragilidades pouco analisadas, sobretudo no que se refere às condições da sua sustentabilidade. Em geral, a grande maioria dos empreendimentos enfrenta dificuldades para tocar os seus próprios negócios e não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa das atividades que realizam. No mais das vezes, é inadequado o conhecimento sobre os diversos aspectos práticos que compõem ou que deveriam compor a atividade. Em especial, os conhecimentos relativos à relação entre economia solidária e a economia dominante. É o caso das dificuldades de compatibilizar os conhecimentos e as práticas da economia solidária à comercialização dos seus produtos e serviços. (DIRETRIZES POLÍTICO-METODOLÓGICOS PARA EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

De maneira mais geral, os avanços da economia solidária foram insuficientes para que ela passasse a ser reconhecida pelas camadas populares, trabalhadores e suas organizações como uma alternativa efetiva de enfrentamento do *status quo*. A experiência da economia solidária não conseguiu ainda impactar de maneira mais geral sobre a cultura política individualista e competitiva.

Pensando nestas regulamentações o Conselho Nacional de Economia Solidária, (CNES), reunido em sua XIII Reunião Ordinária, no dia 04 de julho de 2012, aprovou um conjunto de resoluções para a educação em economia solidária dentre as quais se destacam as Resoluções 72, 73 e 74 citadas abaixo:

Resolução 72. É preciso incluir os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares nacionais em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) como tema transversal. Também se deve garantir a oferta de educação qualificada e adequada para trabalhadores (as) da economia solidária, com foco na escolarização e educação continuada ao longo da vida. Destaque especial para a inserção da economia solidária nos processos de Educação de Jovens e Adultos e de educação no campo, quilombola e indígena, possibilitando e incentivando o uso de ferramentas e práticas para esse público nos meios rural e urbano, respeitando as diversidades regionais. Nesse sentido, especial atenção deverá ser dada à formação continuada direcionada aos profissionais da educação, com a elaboração de uma cartilha sobre economia solidária para que possam ser desenvolvidos conteúdos e atitudes pedagógicas coerentes com a autogestão.

Resolução 73. Os empreendimentos econômicos solidários devem ser empoderados para acessar as políticas públicas, o que requer a formação sistemática dos trabalhadores e de seus familiares, além dos aspectos técnicos, nas práticas educacionais. Desta forma, além de permitir melhor resultado na produção, a educação ampliada aos familiares dissemina o conceito de economia solidária mesmo antes da implantação das políticas públicas.

Resolução 74. A educação em economia solidária é definida como uma “construção social “que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção.

Estas resoluções entraram em vigor na data de sua publicação na página 83-Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 11 de Setembro de 2012.

Logo, o recomendado no movimento da Economia Solidária devido às suas peculiaridades valorativas, envolveria uma forma inovadora de organizar o trabalho a serviço do ser humano, para instituir uma produção organizada na propriedade coletiva e instigando relacionamentos que superem a preponderância econômica através de uma relação que alcance a reflexão sobre nossa conduta frente à sociedade que edificamos, para além da alternativa de emprego e renda; com valorização do saber local, da cultura, do pertencimento, do envolvimento e da tecnologia popular no Brasil. O objetivo dessas ações é o de contribuir para maior identidade e articulação dos processos educativos em economia solidária com vistas a ampliar seu potencial emancipatórios.

Figura 21: Símbolos economia solidária Brasil





Fonte: Google Imagens (2014).

3.3.2 Discussões sobre os princípios da economia solidária

Os empreendimentos de economia solidária podem ser caracterizados segundo alguns traços, cuja descrição varia conforme o autor utilizado como referência. Os autores descritos nesta pesquisa corroboram e complementam-se, sendo que utilizarei como marco aqueles que englobam a coletividade a partir do pertencimento. Se não há envolvimento não encontramos a economia solidária.

Oliveira (2004) define seis indicadores para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão, democracia direta com a escolha de dirigentes, e sua alternância e renovação, participação efetiva, ações de cunho educativo, cooperação no trabalho e distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

Gaiger (2004) apresenta um conceito que envolve o diálogo entre solidarismo e empreendedorismo, suscitando um tipo de eficiência singular e baseada no propósito de cooperação, que seria o diferencial destes empreendimentos e que determinaria uma nova racionalidade socioeconômica. Para este autor, as propriedades dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se concentrariam em oito princípios: autogestão, democracia,

participação, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Para o SENAES um empreendimento deste perfil deve ter cinco atributos fundamentais (SENAES, 2013): a) são grupos coletivos e supra familiares, com trabalhos urbanos ou rurais, em que está presente a prática da autogestão; b) são permanentes (não eventuais); c) independem de registro legal, ou seja, prevalece a existência real (e não formal) da organização; d) as atividades econômicas devem ser permanentes e centrais no empreendimento, podendo ser de diversos tipos (produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, de comercialização ou de consumo solidário) e e) podem ser singulares ou complexas, ou seja, podem ter diferentes graus ou níveis (podem ser centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos ou outros).

França Filho e Laville (2004) por sua vez, norteiam as organizações de economia solidária a partir de cinco elementos mais abrangentes: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública, finalidade multidimensional.

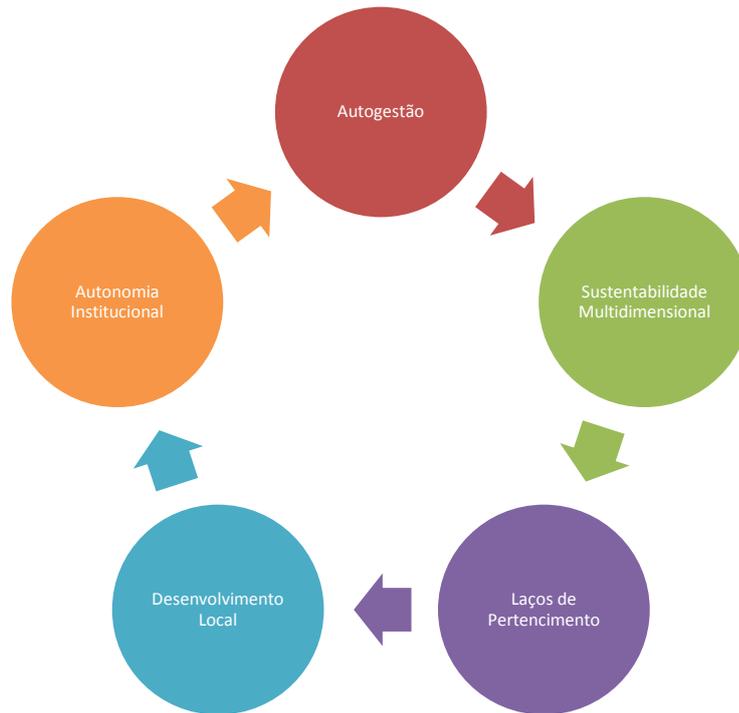
Compete assegurar que, para uma extensa faixa da população, implantar a economia solidária está sujeita a ela mesma, de sua determinação em aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de seu propósito em trilhar por estes na vida cotidiana.

3.3.3 Princípios adotados para o traçado da pesquisa

As associações de artesanato em estudos foram analisadas perante alguns princípios em busca de identificar se as mesmas são (EES) e em que situação encontram-se.

A escolha desses princípios foi construída no viés do referencial teórico e na primeira visita a campo através da sensibilidade percebida nos artesãos, sem toque, sem fala somente observação.

Figura 22: Princípios adotados na pesquisa



Fonte: imagem feita pela autora (2014).

a) Autogestão

A autogestão foi definida na Conferência Nacional pelo Socialismo Auto gestorário, realizada em Lisboa em maio de 1978, como:

[...] a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores–cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores–cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento, das decisões, dos cargos e dos acordos. (NASCIMENTO, 2013, p. 3).

De acordo com Nascimento (2003, p. 4.), além de um propósito, a autogestão é um exercício sociopolítico que retoma concepção da "experimentação social" de Rosa de Luxemburgo, pois está associado à proposta das experiências concretas. “É agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir”. Portanto, a autogestão baseia–se nas iniciativas coletivas provenientes dos atores sociais em toda e qualquer instância.

Pode–se assegurar, desse modo, que a sociedade auto gestorário é um espaço de experimentação social, uma vez que se estabelece e se edifica por si mesma. Nascimento (2003, p. 5) descreve que: "A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social."

É necessário salientar que as iniciativas de caráter auto gerenciáveis são consequências de empreendimentos coletivos, sem os quais esse tipo de organização do trabalho não existiria. Os empreendimentos que se propõem a autogestão "clamam pelo coletivo e com isso podem apontar para práticas mais democráticas e igualitárias" (MARTINS, 1997, p. 36).

Considera-se que a autogestão constitui-se no grau pleno de cooperação atingido pelos integrantes de uma equipe, uma vez que compete a todos estabelecer objetivos, decidir os meios para consegui-los e estipular as normas do processo.

Este modelo proporciona uma forma peculiar de estruturar o trabalho, pois não existe subordinação a um superior e nem divisão de classes. A autogestão só é viável, a partir do direito de uso coletivo aos meios de produção, no qual a participação, a cooperação e o envolvimento fundamentam a conduta central a ser exercida.

No âmbito Brasil, Lechat e Barcelos (2013) asseguram que a concepção da autogestão é, decerto, um dos mais complexos e desafiadores, dado que ela é o divisor de águas com o cooperativismo empresarial e com outras possibilidades que almejam restringir a Economia Solidária a um simples meio de geração de renda e trabalho associado unicamente ao crescimento econômico. O que ocorre é que diversos projetos são solidários, cooperativos, mas não alcançam plenamente a autogestão.

Ao considerar a Economia Solidária e seu exercício auto gerenciável do trabalho, sugere-se pensar na integração de atitudes e no estímulo que a mantém. Como citado anteriormente, o comando, o poder decisório e a gestão do empreendimento estão nas mãos dos trabalhadores que se encontram coligados. (LECHAT; BARCELOS 2013, *apud* BRANDÃO 2010, p.156) formulam a "autogestão como uma gestão direta e democrática dos trabalhadores, nas funções de planificação, direção e execução, ao contrário do exercido no capitalismo de forma geral".

Ao pesquisar sobre autogestão percebe-se que a mesma não existe sem economia solidária e que não há economia solidária sem autogestão, uma surge a partir da outra. Como expressa acertadamente Karl Marx "A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" com o pleno exercício democrático do debate livre, assembleias e candidaturas espontâneas e decisões democráticas.

b) Sustentabilidade Multidimensional

Se a autogestão é princípio para economia solidária, a sustentabilidade multidimensional também é um princípio e que poderá embasar a solidez da autogestão.

A economia solidária encontra-se associada às respostas relacionadas para eliminar as lacunas das necessidades sociais de grupos em exclusão social, e o seu campo de atuação articula-se em torno do mercado, do Estado e da reciprocidade (CIRIEC, 2007). Um dos principais elementos distintivos da economia solidária reside no princípio de solidariedade e reciprocidade, consubstanciado em novas soluções institucionais e metodologias de intervenção (QUINTÃO, 2004).

Pensar em princípios de solidariedade e reciprocidade remete há alguns conceitos de sustentabilidade, pois, se o ser não buscar seu reconhecimento, o do outro e do seu meio, como poderá viver em coletividade?

A sustentabilidade, para (GADOTTI, 2008), está associada à economia solidária porque se entende que sustentabilidade implica em respeito à vida e cuidado com o planeta opondo-se dessa forma, a todo modo de egoísmo, injustiça e exploração econômica. E a economia solidária não se restringe a um produto, ela é um conceito que implica em respeito ao meio ambiente e vai além dos empreendimentos econômicos.

Para Kraychete (2007), a sustentabilidade dos empreendimentos solidários não se restringe ao econômico, nem se equaciona em curto prazo, mas pressupõe ações políticas envolvidas no processo de transformação social. Assim entende a sustentabilidade e a equidade privilegiando a comunidade local no processo de construção.

Os empreendimentos solidários buscam não só a eficiência econômica como forma de garantirem a sua viabilidade também procuram à eficiência social, através das práticas consideradas economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas ao considerar que o modo como lidamos com o mundo em nossa volta afeta o futuro do planeta.

Desse modo é cabível conhecer as dimensões da sustentabilidade que permitem o nascimento, desenvolvimento, partilha de ensinamentos e propagação dos EES. Saches (1994) e Chacon (2007) propõem cinco dimensões a serem trabalhadas conjuntamente e com o propósito de desenvolver sem gerar exclusão e pobreza: sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial e cultural). Neste estudo será apresentada a dimensão social e cultural como complementares e a dimensão político-institucional. Estas serão expostas abaixo:

- I. **Dimensão econômica** – diz respeito à melhor alocação e distribuição dos recursos e renda nos territórios buscando, além da capacidade da

experiência em gerar transações de natureza mercantil; importa observar se a experiência, consegue conservar e instigar nos espaços territoriais alternativas de relações econômicas, como por exemplo: produção para autoconsumo, mecanismos de subsídios para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias ou outras formas de subsídio), manejo coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.), e diferentes formas de empreendimentos de economia solidária;

- II. **Dimensão sociocultural** – esta dimensão reporta uma sociedade com mais equidade nas relações sociais, possibilitando o acesso às necessidades que levem os seres humanos à dignidade e a alteridade do ser. Este aspecto relaciona-se com a própria característica do tecido social e do cotidiano vivido nos território com o grau de enraizamento das atividades empreendidas na experiência cultural do lugar, o que sugere não apenas ratificação de valores e costumes próprios, mas também o uso responsável de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas;
- III. **Dimensão ambiental** – esta dimensão remete ao cuidado e respeito no trato com o meio ambiente, partindo da premissa que ele possui recursos esgotáveis que devem ter o uso limitado e estimular o uso ponderado dos não esgotáveis. Para alcançarmos esta dimensão é necessário investimento em tecnologias limpas, em educação para conscientizar sobre o consumo exacerbado e desnecessário e na aplicabilidade das leis que normatizam a proteção ao meio ambiente;
- IV. **Dimensão espacial** – alcançada a partir de uma harmonia entre áreas urbanas e rurais partilhando sem discrepâncias e disparidades pessoas e geração de renda. Permitir que ambas as áreas oferecessem qualidade de vida a seus moradores;
- V. **Dimensão político-institucional** - no âmbito nacional baseia-se na democracia, apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento

da habilidade do Estado para efetivar o plano nacional em parceria com empreendedores e em coesão social. No aspecto internacional tem sua eficácia na prevenção de guerras, na defesa da paz e no fomento da colaboração internacional e no cumprimento do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; resguardo da biodiversidade e da diversidade cultural; gestão do patrimônio global como herança da humanidade; cooperação científica e tecnológica internacional. Cabe destacar que a sustentabilidade política deve apresentar a contribuição não somente da comunidade local como enfatizada pelos conceitos apresentados, mas é preciso mobilizar a sociedade como um todo englobando o papel do governo (SACHS, 2009), das instituições e do empresariado.

c) Laços de pertencimento

O autor Zaoual (2006) desenvolveu a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento que apresenta uma concepção originada a partir da ação coletiva para alcance do arranjo do caos social, ou como meio de harmonizar e preservar a vida perante cenários desajustados.

Ao remeter a ambientes coletivos e históricos, os Sítios posicionam os sujeitos em âmbitos de acolhimento, cooperação e comprometimento, todas as ações pertinentes a ECOSOL e aptos a superar os dilemas da soberania e da intolerância imposta pelo sistema econômico neoliberal sobre o homem e o seu ambiente, sabendo que o homem e ambiente são um só. Para Sautchuk (2013, p. 142), “o meio ambiente não é algo separado da gente. Meio ambiente e ecologia é à base da vida”.

Segundo ainda o autor citado, a vida no Sítio funda-se em riquezas culturais que unifica e fortalece a comunidade local, levando-a a auto organização que é outro princípio da ECOSOL, a partir dos saberes locais, da expansão dos seus próprios meios de organização econômica e das relações sociais desenvolvidas em prol da continuidade da vida. “O Sítio de Pertencimento resulta de um sistema de crenças e práticas herdadas da trajetória do grupo humano considerado. Assim, o Sítio é um território imaginário no qual se encaixa o saber da organização em questão” (ZAOUAL, 2006, p. 213).

Percebe-se por meio da teoria dos Sítios Simbólicos do Pertencimento que se o indivíduo não se pertence e nem vivencia a alteridade do semelhante, estará fadado a viver em um complexo jogo de interesses, no qual muitos são subestimados e descartados em detrimento de alguns.

Nos EES os associados precisam sentir o pertencimento para que as relações se desenvolvam por meio do querer, dessa maneira será atingível a criação de possibilidades dignas e saudáveis na sua região local. Os EES assim como a teoria dos Sítios simbólicos de Pertencimento, desenvolvida por Hassan Zaoual buscam uma forma de construir opções que superem o modelo social e econômico excludente. Refere-se a uma proposta alternativa de se conceber conhecimentos e instituições com base nas oportunidades locais e do ser humano com seus inerentes potenciais, sobretudo se este se encontra arraigado em seu território de origem (ibidem, 2006).

d) Desenvolvimento Local

Um primeiro aspecto que devemos salientar para uma consideração sobre desenvolvimento local passa pela necessidade de compreender a própria ideia de sustentabilidade aplicada a tais experiências no sentido de desconstruí-la. Ou seja, a sustentabilidade no território não pode ser avaliada apenas segundo critérios de economicidade, isto é, enfatizando, sobretudo, a rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos.

No princípio da sustentabilidade multidimensional analisamos cinco dimensões e estas embasam o princípio do desenvolvimento local, no qual existe a possibilidade de oportunidade para todos e há a distribuição equitativa para população do progresso ofertado.

A economia solidária é um meio de desenvolver potencialidades no território local. Bryan (2005, p. 132) coloca que:

Poderá vir a se constituir como de desenvolvimento sustentável, porque pode criar polos de inserção socioeconômicas nascidas das necessidades locais, com respeito ao ambiente, democracia nas decisões internas, passíveis de articulação em redes e cadeias produtivas e possibilitando aos sujeitos a posse dos meios de produção.

O desenvolvimento local sustentável, segundo Chacon (2010) inicia-se nas regiões partindo dos municípios para o estado e refletindo no crescimento do país. “A valorização das peculiaridades locais é enfatizada, e a construção de estratégias de planejamento se volta para a geração de novos conhecimentos sobre as riquezas dos espaços regionais”. Os conhecimentos identificados servirão para definir quais investimentos serão necessários e com isso ter-se-á a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos nessa

localidade, “inserindo-as de forma definitiva no processo de desenvolvimento”. A autora ainda argumenta que desenvolvimento advindo do conhecimento traz crescimento econômico e conseqüentemente justiça social, preservação do meio ambiente “e fortalecimento das instituições da sociedade de forma sustentável”.

Pinho (2007) comunga com o pensamento de Chacon (2007) quando diz que “é necessário ampliar o olhar para aspectos tais como a valorização do conhecimento das raízes identitárias de uma comunidade local frente ao mundo globalizado”, com foco na sustentabilidade de um setor ainda informal (artesanato). Desse modo os EES podem levar os associados a adquirirem novos conhecimentos, trabalhando de forma otimizada, reduzindo os índices de informalidade e desemprego atingindo o desenvolvimento sustentável de sua localidade.

e) Autonomia Institucional

Segundo França Filho (2004); a autonomia institucional representa a independência das organizações solidárias em relação a outras instituições, libertando-se, assim, de controle externo (o que não significa ausência de interdependência) e assumindo uma gestão mais autônoma.

Este princípio busca o reconhecimento de que os empreendimentos de economia solidária são autônomos em relação ao controle de outras instituições, não implicando ausência de articulações, apoios das mais variadas formas; estes apoios podem vir do Estado, de Empresas privadas, de Voluntários, de Organizações Não-Governamentais, não significando perda de autonomia de gestão, de tomada de decisões, de estabelecimento de regimentos internos de operação das práticas da organização (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.167).

A autonomia institucional não é um estado espontâneo, possui uma ligação contínua com a habilidade de gerir, fundamentos de educação associativista densamente concretizada, resultados econômicos e, sobretudo estabilidade do empreendimento solidário negócio. Além de que o índice de busca de domínio por quem financia é grande, estando associado esse controle a fins político-eleitorais, condicionando os empreendimentos solidários a fundações de empresas de mercado.

No próximo capítulo será apresentado o universo das associações estudadas, buscar-se-á apresentar as minúcias e peculiaridades dos locais, locais estes onde a imaginação, criatividade, religiosidade e trabalho são marcantes.

4 O UNIVERSO DAS ASSOCIAÇÕES EM ESTUDO

“O olhar para as manifestações artísticas foi despertado na trajetória de minha vida por questões do elo concebido, desenvolvido e frutificado por minha mãe. Então desde muito cedo fui apresentada ao mundo a partir da sensibilidade, e aprendi que a forma de enxergar e construí-lo pode semear múltiplas possibilidades e é a partir dessa visão que é apresentado o cenário das associações em estudo.”

E então chegou o momento revelador da dissertação, no qual será descrito as análises auferidas nas três associações com muitos trançados, esculturas e xilografias. Tantas observações, falas, cheiros, sorrisos, suspiros, emoções e silêncios circunferenciado por muita expressão artística.

Tarefa árdua foi conseguir expressar o universo das manifestações vivenciadas, sem perder o foco e fazer várias dissertações em uma só, pois tema a ser pesquisado existe e fiz disso uma oportunidade para realizar futuros projetos de extensão. E em relação a esta dissertação, tudo foi tecido com muita sensibilidade para retratar de forma fidedigna até a falta da mesma. A seguir são apresentados os espaços estudados e os resultados das análises realizadas em cada associação.

4.3 Associação dos Xilógrafos e Artesão do Cariri

Nos anos 60, o pesquisador francês de estudos sobre as línguas portuguesas e da literatura popular brasileira Raymond Cantel, escreveu um artigo afirmando o fim da xilogravura. Passadas décadas, a arte resiste e faz de Juazeiro do Norte um centro criador de cordel do Brasil, com uma xilogravura de traço singular, em filigranas. Na terra do Padre Cícero (Juazeiro do Norte), esse movimento remonta aos anos 30.

A Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri – AXARCA, foi fundada no ano de 2012, fruto de uma parceria entre xilógrafos e artesãos oriundos da antiga tipografia São Francisco, atual Lira Nordestina, Juazeiro do Norte-Ceará.

Estes artesãos ilustram uma das expressões mais originais da terra de Juazeiro do Norte. A inspiração inicialmente restrita aos cordéis foi se ampliando e ganhando identidade própria com os artesãos imprimindo também gravuras abstratas e expressões do imaginário popular, o reisado e a dança.

A xilogravura é uma impressão feita à base de uma matriz de madeira. Esta técnica de trabalhar com cortes detalhados na madeira foi ensinada aos artesãos de Juazeiro do Norte pelo escultor italiano Agostinho Balmes Odísio, formado na Escola de Belas Artes de Turim e Roma, este chegou ao Brasil em 1932 e deixou grande contribuição artística no sudeste e nordeste do país.

O xilógrafo José Lourenço, presidente da associação, conta que o processo de produção começa com a pesquisa. “Estudamos, entrevistamos, conversamos com pessoas para poder fazer o esboço”, que vai do papel à madeira, para a produção da matriz. “A xilogravura passa por três fases pra chegar ao produto final: desenho, o entalhe e impressão” (2014).

Com o intuito de congrega e promover o resgate da arte popular caririense, a AXARCA desenvolve projetos de apoio e disseminação da xilogravura, pintura, escultura, entre outras artes, através da realização de oficinas, exposições e apoiando o artesão no tocante à valorização do mesmo como profissional.

Grande parte dos seus associados é pioneira na arte da xilogravura, como os irmãos José, Cícero e Demontier Lourenço, Nilo, Airton Laurindo e Cosmo Brás. Muitos foram funcionários da extinta tipografia São Francisco e conheceram de perto a efervescência dos anos em que a produção de cordel era grandiosa.

Segundo o xilógrafo Francisco Bruno, tesoureiro da associação:

Preservar essa cultura é proporcionar às futuras gerações uma oportunidade ímpar de olhar para o passado reconhecendo as raízes de nossa gente, sendo possível a partir dessa identidade, preparar um bom caminho para o futuro (2012).

Figura 01- Logomarca da Associação



Fonte: axarcacariri.blogspot.com. b r(2013)

Figura 02- Matrizes esculpidas em madeira para produção da xilogravura



Fonte: Autora (2013)

Figura 03- Xícaras e sandálias em xilogravura



Fonte: Autora (2013)

Figura 05- Oficina de trabalho da AXARCA.



Fonte: Autora (2013)

Figura 04 - Um associado explicando seu trabalho



Fonte: Joanna Carolina (2013)

Figura 06- Diversidades de xilogravuras.



Fonte: Autora (2013)

4.4 Associação Mãe das Dores e do Padre Cícero

Fibras naturais é matéria prima de alguns artesãos em Juazeiro do Norte, e é com a palha do milho que a Associação dos Artesãos da Mãe das Dores tem conquistado seu espaço no panorama do artesanato cearense. Com cursos e capacitações, os artesãos se aprimoraram agregando design e qualidade à aptidão característica desses cearenses abençoados.

A Associação dos Artesãos Mãe das Dores e do Padre Cícero foi criada em 1984, institucionalmente, mas muito antes existia o trabalho de artesãos que se agrupavam para fazer artesanato em palha, primeiramente chapéus e posteriormente demais objetos em palha. A artesã Tecla Cosmo Silva explica que “desde menina aprendi o ofício com minha mãe, na Serra do Horto, e a associação nasceu mesmo foi lá, quando um grupo de artesãos se reunião nas portas de suas casas para fiar e tramar com a palha” (2014). Passado o tempo o grupo aumentou e recebeu o apoio das freiras, que tiveram a missão de evangelizar o povoado da Colina do Horto em Juazeiro do Norte, Ceará - Brasil. Durante o trabalho missionário as irmãs, perceberam que muitas senhoras trabalhavam com artesanato, mas sem orientação.

Diferentemente de hoje, antes as peças eram vendidas para atravessadores. Essas mulheres eram exploradas por pessoas das capitais que chegavam e compravam pelo preço que ditavam. Houve uma conscientização para que elas se unissem para trabalhar de forma

coletiva. “Surgiu, a partir desse momento, a Associação dos Artesãos da Mãe das Dores e do Padre Cícero com a finalidade de fortalecer o trabalho dessas mulheres e vender seus produtos”, conta Luciano Bezerra da Silva presidente da associação. (2014)

A associação tem a finalidade de propor aos artesãos da região um trabalho coletivo, fazendo com que se ajudem mutuamente, ou seja, desde a criação até a produção e a venda, tudo é feito de forma coletiva. Atualmente, a entidade conta com 25 artesãos, sendo 20 mulheres e cinco homens.

Os artesãos produzem desde bolsas, cestos e caixas, chapéus, revisteiros, luminária e jogo americano a produtos decorativos e utilitários. As peças são comercializadas na loja da associação. Coletivamente, eles conseguem atender grandes encomendas. “Hoje, nosso carro chefe é a criação de produtos feitos a partir do trançado da fibra da palha de milho. Nossa manutenção é feita por nós mesmos. De cada produto vendido, um pequeno percentual é repassado para a associação para manter os custos operacionais” ressalta Luciano. (2014)

Figura 07- Fachada da associação



Fonte: Autora (2014)

Figura 08- Dia a dia de trabalho



Fonte: Autora (2014)

Figura 09: Peças em palha



Fonte: Autora (2014)

4.5 Associação Padre Cícero- Centro de Arte Popular Mestre Noza

Em Juazeiro do Norte, arte, fé e cultura popular são esculpidas em madeira e em barro pelos artesãos em um local que se tornou ponto turístico cultural e religioso. Este local é a Associação Padre Cícero - Centro de Arte Popular Mestre Noza que foi pensada a partir de junho de 1983, na Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em um encontro de produção de artesanato popular e identidade cultural promovido pelo Instituto Nacional de Folclore (INF). Desse Encontro, que reuniu representantes de órgãos da Secretaria de Cultura do MEC, emanou a recomendação de que fosse efetuado pelo INF um Projeto-piloto na área de apoio ao artesanato.

A sede da Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte pertencia à Polícia Militar do Ceará. O prédio estava abandonado e através de um projeto do então Secretário

Municipal da Cultura, o professor e artesão Abraão Batista, foi recuperado, reformado, e criado o Centro de Cultura Popular Mestre Noza.

A linha de pensamento e ação do INF situou o artesão dentro de uma conceituação ampla e abrangente de cultura, entendida como todo sistema interdependente de atividades humanas na sua dinâmica.

Foram selecionados para o Projeto-piloto dois municípios econômico, geográficos e culturalmente muito diversos entre si, porém, com pontos em comum essenciais: a preocupação com a produção artesanal como elemento crucial para a sobrevivência econômica e cultural do Município e o fato da solicitação de apoio emanar diretamente dos Municípios em questão, que foram: Juazeiro do Norte-Ceará, e Parati-Rio de Janeiro.

Foi criada então a Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte, entidade representativa dos artesãos da cidade para tratar da aquisição e distribuição da matéria prima e gerenciar as vendas diretas da produção artesanal, que são expostas e comercializadas no Centro Cultural Popular Mestre Noza.

E Mestre Noza quem foi? Mestre Noza, ou Inocêncio Medeiros da Costa, nasceu em Pernambuco em 1897. Sua relação com Juazeiro do Norte começou em 1912 quando percorreu 600 km a pé, como romeiro, e junto com a família se estabeleceu na região desde então. Exerceu diversas atividades, entre as quais a de soldado de polícia, funcionário da estrada de ferro Rede Viação Cearense, funileiro. A partir de 1930, tornou-se conhecido como artista popular, imaginário (escultor de imagens) e xilogravurista. Sua primeira escultura foi um São Sebastião e sua primeira xilogravura, uma capa de literatura de cordel encomendada por José Bernardo da Silva para ilustrar o folheto de José Pacheco *A propaganda de um matuto com um balaio de maxixe*. Em 1963, Sérvulo Esmeraldo, um artista do Crato, lhe deu uma série de gravuras da *Via Sacra* e lhe encomendou as matrizes em madeira. Ficou muito satisfeito com o resultado do trabalho de Mestre Noza e resolveu levá-las para a França, numa viagem que fez em 1965. Conseguiu produzir uma edição especial, com apenas 22 exemplares impressos à mão e lançá-la em Paris. O sucesso foi tanto que foi feita uma nova edição de mil exemplares, que também se esgotou rapidamente.

Noza passou a ser objeto de estudo em várias universidades, inclusive europeias. Participou de diversas exposições com obras de escultura e xilogravura no Crato, no Recife, no Rio de Janeiro e em Paris. É autor também de alguns rótulos de cachaça e foi sempre considerado o grande artista popular do Cariri.

O Projeto Cultura Viva dos Artesãos do Mestre Noza vem consolidar parcerias, dinamizar o Centro de Cultura Popular Mestre Noza, fortalecer, equipar a Associação dos

Artesãos de Juazeiro do Norte para o desenvolvimento das atividades das várias manifestações culturais.

A diversidade de tipologias e a precisão artística do trabalho dos mestres e artesãos garantiu à associação uma relevante inclusão nos mercados nacional e internacional de artes e artesanato, acima de tudo por meio das esculturas em madeiras e argila.

Figura 10- Galpão de exposição das peças



Fonte: Autora (2013)

Figura 11- Esculturas do Padre Cícero em madeira



Fonte: Autora (2013)

Figura 12- O artesão e sua criação.



Fonte: Autora (2013)

Depois de apresentarmos os contextos históricos das três associações serão apresentadas adiante as informações colhidas e analisadas em cada espaço expondo as particularidades dos ambientes pesquisados. A pesquisa em campo está dividida em três momentos, mas cada uma situando a análise de cada associação.

4.6 Observações: a percepção aguçada, mas singela.

Sempre entrei nos locais, mas nestes entrei focada na observação das peculiaridades e manifestações mínimas, mas valorosas.

Ao adentrar nas associações cores e criatividade é um destaque, mas o artesão e sua arte são plurais, nestes contextos. Nos três espaços isso é reluzente, só que peculiar.

Na primeira associação, a AXARCA o preto e branco das xilogravuras é marcante, mas antes de conhecê-la é necessário descrever o local. A AXARCA é sediada em

um espaço da Universidade Regional do Cariri (URCA), no Bairro do Pirajá, em Juazeiro do Norte. Local sem exposição ao público para conhecê-la é necessário adentrar na edificação da URCA e procurar o galpão onde os artesãos trabalham. Deparamo-nos com algumas precariedades estruturais, mas as várias máquinas antigas e valiosas de impressão de cordéis e xilogravuras, as ferramentas, tintas, papéis, madeiras, matrizes e artesãos interessados no meu interesse em estar naquele ambiente, fazem qualquer abalo estrutural minimizar-se.

Foi uma viagem de ida e volta por meio das histórias, folclores, ritos religiosos e causos da vida sertaneja retratados com tanta veemência e sensibilidade nas xilogravuras gravadas em azulejos, quadros, cerâmica, canecas, camisas, sandálias, cartões postais, agendas e chaveiros. No dia no qual a observação foi realizada, grupos de estudantes e de turistas estavam no local, os primeiros, ávidos para aprender e conhecer a história da associação e da xilogravura e os segundos para comprar lembranças com traços únicos. Os artesãos recebiam todos com paciência e satisfação em apresentar seus trabalhos. Algo suscitou o meu interesse: a comercialização por mais importante que fosse não era mais importante do que arte de falar da própria arte, de receber o outro e sentir-se valorizado pelo labor artesanal.

No segundo local, a Associação Mãe das Dores, a alegria e sorriso são naturalmente percebidos, é interessante como a energia positiva e o otimismo transformam os lugares. Esta associação é sediada em um sobrado antigo e acolhedor pertencente à Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores, cedido para a associação pelo Monsenhor Francisco Murilo de Sá Barreto, grande incentivador do grupo de artesãos.

Sua localização espacial é privilegiada, no fervor das romarias, centro de Juazeiro do Norte, a um quarteirão de alguns espaços de fé consagrados em Juazeiro do Norte, como o Museu do Padre Cícero, Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores, Centro de Apoio aos Romeiros. É muito frequentada por turistas e possui um fluxo ativo de vendas; seu foco é bolsas e cestarias feitas com a matéria prima da palha de milho; a maioria dos artesãos é do sexo feminino; o espaço é bem organizado e percebe-se trabalho em equipe e sintonia nos olhares, gestos e falas, foi um espaço onde encontrei risos, cores e criatividade.

No terceiro local, a Associação Padre Cícero - Centro de Arte Popular Mestre Noza, situado no centro de Juazeiro do Norte, com sede própria, é uma galeria que retrata fortemente os traços regionais. Existe um pátio aberto, onde os artistas ficam bem à vontade para pensar, criar e manusear sua arte. O foco dessa associação é a escultura em madeira, barro, argila e trançados com a palha da carnaúba. A galeria é dividida em categorias de

criação artística: santos, animais, carrancas, folclore. Este foi o local no qual fiquei mais a vontade para observar. Ele me marcou pela presença de liberdade e foi onde consegui respirar melhor a criação artística.

4.7 O espetáculo da fala

Segundo momento da pesquisa. Voltei a campo, mas dessa vez me identifiquei e colhi muitas informações, risadas, silêncios, indignações e alegrias, mesmo que às vezes sofridas de fazerem o que gostam, e acima de tudo com fé. Não paralisei o processo de criação dos artesãos, desenvolvi a entrevista enquanto trabalhavam em suas xilogravuras, trançados e esculturas em madeiras, barro e argila. Neste momento foram colhidas informações sobre as referências de composição da associação e seus associados.

Na AXARCA entrevistei 04 associados, sendo que associação tem doze ativos; a associação tem um ano, mas seus artesãos são oriundos de outras associações e são vinculados também à Lira Nordestina, que é uma editora especializada na literatura de cordel que foi comprada pelo Governo do Estado do Ceará, e hoje é cuidada pela Universidade Regional do Cariri. Segundo seus associados, a xilogravura no sertão nasceu do cordel, pois ilustrava o mesmo e depois passou a ser única e ilustrar outros objetos. “a xilogravura é uma arte da resistência” (A1).

Segundo seu dirigente, a AXARCA foi criada dentro do espaço da Lira Nordestina para alavancar os projetos que não poderiam ser elaborados via universidade, já que a Lira pertence ao poder público e seu foco é resgate histórico, cultural e educacional e não o de comercialização das peças produzidos. Com a AXARCA os artesãos possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e podem concorrer a edital de financiamentos de propostas que prosperem o artesanato.

Já na Associação Mãe das Dores, conversei com seu dirigente, e com mais cinco associados de um total de vinte cinco, entre fixos (aqueles que participam efetivamente da vivência da associação) e temporários (aqueles no qual a participação é esporádica, especialmente em períodos de encomendas maiores). Destes 25, a maior parte tem o artesanato como a principal fonte de renda, abarcando outros membros familiares no trançado das peças.

Os associados expressaram que os trabalhos possuem uma constância comercial dentro e fora do contexto de Juazeiro do Norte, mas que no tempo das romarias atingem o pico de comercialização. Percebe-se que a localização da associação no fervor das romarias

contribui para isso. A produção atual é quase toda focada no artesanato com palha de milho, matéria-prima extraída na própria região, que é passada por um processo de lavagem, tinturaria, secagem e trançado que finalizam em baús, cestas, bolsas, luminárias e diversos artigos, decorativos e utilitários.

Na Associação Padre Cícero - Centro de Arte Popular Mestre Noza, também conversei com seu dirigente e mais seis associados de um total, segundo o dirigente, de cento e oitenta associados. Grande parte dos associados é morador de Juazeiro do Norte, mas há artesãos cadastrados de outras localidades da região do Cariri, como Barbalha, Caririaguá e Crato, dentre outros.

Deste total de artesãos, oitenta e cinco são membros efetivos, ou melhor, participam ativamente da associação, ao decidirem e possuírem direito de voto nas assembleias. Os artesãos restantes, noventa e cinco, são membros não-efetivos, como são nomeados na associação, não fazem parte da vivência da associação; normalmente só mantêm relação comercial e não possuem direito de voto nas decisões a serem tomadas. Dos que são artesãos efetivos, quarenta são escultores de madeira, trinta são artesãs de palha de carnaúba, dez trabalham com argila e cinco com demais tipologias. Nesta associação a divisão dos artesãos não é marcada somente pela tipologia artesanal que laboram, mas também, pelo centro de produção do qual fazem parte.

A associação tem um núcleo central que atua na própria sede e congrega os artesãos da madeira, e outros dois núcleos que, embora integrem a associação, detêm certa independência. Um destes núcleos independentes é o grupo das Mulheres da Palha do Horto, localizado na Colina do Horto em Juazeiro do Norte. O outro núcleo independente é o da Família Cândido, que reúne os artesãos membros de uma mesma família que manuseiam a argila. Percebe-se pelas informações auferidas que esta associação é a maior comunidade de artesãos da região do Cariri, seja em termos de variedade de tipologias e organização.

4.5.1 Os artesãos se manifestam: a fala da arte a arte da fala.

Ao serem instigados individual e coletivamente na roda de conversa para falarem sobre o porquê de serem artesãos, suas vivências no artesanato, quais as dificuldades encontradas no labor e por que estarem associados, as respostas e silêncios se complementavam e se distanciavam também, mas o fundamental é que provocou a reflexão dos artesãos das associações em estudo ao despertá-los para a crença em suas capacidades de propor, ouvir e cooperar com o outro, muita vezes esperamos que as propostas de melhoria

venham de fora, mas quando as pessoas são instigadas a autoanálise e ao diálogo muito se descobre e o novo pode ser incentivado em busca de desenvolver-se relacionamento interpessoal, habilidades e gestão coletivamente.

A reflexão foi sentida por mim que pesquisava e por eles que eram pesquisados, foi o momento da análise dos olhares remetidos por todos nos muitos: “é mesmo”, “nunca tinha pensado isso”, “porque você num falou isso antes”, “é sempre tempo de mudar e começar de novo”, “é por isso que a gente existe”, “nós é nós”, “num é que mesmo” “você fala é bem, tá bom de nos representar”, “agora num é hora de falar sobre isso” “toda hora é hora” “agora pronto”.

Estes são recortes das falas dos associados das três associações que finalizavam as considerações de quem terminava de falar, foi algo que ocorreu naturalmente, mas não era esperado acontecer. Como ocorreu teve que ser relatado na pesquisa, já que se fundiu a etapa das rodas de conversas.

Em relação à trajetória de ser artesão, todos expressaram que foi um ofício ensinado, passado de geração em geração, eles cresceram naquele meio e continuaram com o mesmo ofício até a saúde e Deus permitir. Mas, das trinta e oito falas, oito relataram que estavam ali enquanto não arranjavam algo melhor. Então questionei o que seria “algo melhor” eles explicaram da seguinte forma: “que dê dinheiro; ”que nós possa viver melhor; “ter o sustento sem tanto sacrifício;” “num ficar dependendo de projeto do governo”

Algo relevante em todas as associações foi a problemática da falta de espaço para comercializar o artesanato. Em Juazeiro do Norte não tem um central única, um espaço coletivo de artesanato, onde o turista chegue e encontre a manifestação artística local e favoreça o artesão e conseqüentemente desenvolva a cidade, a fala dos três dirigentes expressa bem o incômodo sentido por eles:

A desmotivação por não conseguir escoar sua produção, querendo ou não o artesão vive do comércio, se ele não tiver como escoar sua produção ele não sobrevive. A maioria das associações está com problema, pois não tem como comercializar a produção e isso faz com que alguns artesãos saiam do artesanato, não querem mais produzir. Acontece de alguém está trabalhando no artesanato, aí ele arranja um emprego no shopping e vai ganhar o dinheiro dele todo mês, sossegado ou desassossegado, vai ganhar e receber, é uma pena porque vai fazer algo que ele não gosta, não vai criar, vai ter hora certa, porque o artesão não tem hora para trabalhar, é de dia, de noite, de madrugada na hora que você quer e isso é muito bom. É muito triste você fica preso no que não gosta, exatamente por que você não tem como se manter no seu ofício principal que é o artesanato. A parte da comercialização é fundamental, não adianta curso, oficina de capacitação se não tem espaço próprio para todos, aberto, organizado, tudo direitinho, não pode ser tudo de

graça, tem que ter uma contribuição para manter o espaço, como todo projeto tem uma contrapartida. (DIRIGENTE 01).

Sem um espaço, como uma casa da arte ou da cultura, fica difícil o artesão expor e vender sua produção, seria bom para todo mundo, o artesão, o turista e a cidade. Nem todos conseguem correr atrás, ter força de vontade, deslanchar sozinho e estes precisam de apoio; o espaço seria uma forma de existir coletivamente, com um projeto desse todos participam, o poder público incentivando e construindo todos terão espaço para comercializar e ter oportunidades. (DIRIGENTE 02).

O problema é que como as associações têm seus espaços bom ou ruim, mas tem, cada uma fica no seu canto e não cobram de forma coletiva do município a construção de um espaço bom, onde todos têm vez. E o poder público é assim cobrando não faz, imagina sem cobrar, aí esquece e sempre coloca dificuldade, ainda mais se for para a cultura. Não dá para entender, Juazeiro vive, respira cultura, arte, religiosidade e isso gera progresso com o que tem aqui, porque que eles num investi? A gente também cansa. Eu mesmo e outros também já fomos atrás desse espaço, mas chega uma hora que a frustração e o desânimo toma conta e aí cada um faz o seu. O importante é buscar outros meios. (DIRIGENTE 03).

Existe sintonia nas falas dos dirigentes das associações, e por mais que o artesão não enxergue o lucro como fator predominante, ele precisa e quer viver de sua arte e um espaço público com este foco levaria o artesão a ter renda, alcançar melhor qualidade de vida, manter seu ofício e estimular as gerações futuras. Outro ponto importante é que eles manifestam a preocupação com o outro, algo que não enxergamos nas relações econômicas como um todo, quando colocam que nem todos conseguem êxitos sozinhos e a criação do espaço de artesanato seria um meio de propiciar oportunidades para todos.

E quando demonstram que já que cada associação tem seu espaço por que não se engajar e criar um único? Nota-se um discurso pronto, plantado muitas vezes pelos representantes públicos como justificativa para não realizar o projeto. E também um desabafo dos dirigentes retratados nas entrelinhas e indignações demonstradas nas faces, que nem sempre é comodismo em cobrar e sim, cansaço e desalento de não serem ouvidos ou se são de não terem as promessas cumpridas. Então chega um momento em que são vencidos, mas só de declararem este embaraço mostram que questionam e lutam para sanar as dificuldades.

Outra questão emitida foi o fato de estarem associados por que gostam de estar juntos, de fazer arte e propagá-la. Por mais dificuldades que enfrentam, perseveram. Uns colocam que conseguiram muito com o artesanato e o que têm os satisfaz.

O que me faz estar aqui é o amor em fazer a arte, me sinto útil (A03).

Aqui é minha vida, e eu criei todos os filhos com o trabalho daqui, dificuldade todo mundo passa, mas pelo menos meu trabalho é prazeroso e eu levo juazeiro para todo canto sem precisar sair da minha terra (A06).

4.6 A economia solidária entra em cena

Já com o arcabouço da observação, da primeira entrevista e do referencial teórico, volto a campo novamente e colho mais informações, mas nesse momento entra em cena a economia solidária. Nas três associações ouvi o artesão individual e coletivamente acerca dos princípios adotados nesta pesquisa para verificar se os mesmos se percebiam como espaço de EES. As indagações acerca dos princípios feitas aos artesãos estão presentes nos apêndices da dissertação. Abaixo são descritos as análises conforme os princípios da Economia Solidária.

a) Autogestão

Infere-se parcialmente que a autogestão ocorre, mas ao provocar a reflexão do termo e ao cruzar a fala individual e coletiva, percebe-se que ela tenta existir, mas a inércia de alguns em propor e agir, precisa ser superada para que a associação exista e então alguém assume esta posição e propõe e age para que o grupo aconteça. E nessa lógica o grupo vai sobrevivendo, mas não como equipe de propósitos afins. *“Se você se envolver as coisas vão pra frente, o problema e que muitos não querem pensar se doar e então só reclama de tudo, mas não procura solução” (A01); “dia que todo mundo se envolver mesmo associação vai pra frente, eu tenho esperança disso”(A02).*

b) Sustentabilidade Multidimensional

Ao serem indagados sobre sustentabilidade multidimensional, recebi outra indagação sobre o que seria este termo, antes mesmo de explicá-lo. Então o esclareci e explanei a respeito das dimensões que o compõe: econômica, sociocultural, ambiental, espacial e político institucional. Ao entendimento dos associados e que tem o mesmo sentido: entra dinheiro e satisfaz a todos, valoriza a cultura regional, agride o meio ambiente, trabalha e valoriza as pessoas de todas as áreas, atuação do governo e cobrança do povo.

Constatei que as dimensões são trabalhadas dentro das associações, sendo que a sociocultural, ambiental e espacial são as que têm maior destaque dentro dos ambientes; é cabível atentar que estas são as que menos são apoiadas e valorizadas pelo sistema vigente, no qual lucrar não importa como é o que é incentivado.

I Dimensão econômica - As associações buscam, a partir da criatividade, inovar e buscar formas de viabilidade econômica, mas esta foi a dimensão mais precária pelo

o foco das associações não ser o lucro acima de tudo; era instigante a fala dos associados porque eles precisam ter viabilidade econômica para permitir a sustentabilidade da associação, mas frisam muito que para todos, e não somente um ou dois, se destacarem é que o envolvimento de todos, o querer, o buscar, e a produção artesanal eram tão importantes quanto o escoamento do artesanato. Então como garantir renda na prática, de forma solidária e recíproca? Talvez a resposta esteja na desconstrução do ser para buscar seu reconhecimento, o do outro e do seu meio por meio de práticas educacionais que resgatem e trabalhem em conjunto todas as dimensões harmoniosamente.

Cada um tem um traço diferente e acaba uns se destacando mais, mas eu acho que falta a gente observar o que o mercado quer e trabalhar em conjunto, aí todo mundo sai ganhando (A08).

Falta agente ter mais ambição pros negócios, mas quando eu falo isto, dizem que eu estou em desacordo com o trabalho associativo, onde não tem ambição, mas também sem vender nos não podemos ficar. Eu não vivo de vento (A14).

O negócio dá certo, que alguns dá pra trás só que, ganhar, mas não quer contribuir, tem que tá aqui no dia a dia; em conjunto a gente consegue (A13).

Pra mim tá ótimo, eu não tinha renda nenhuma só dos projetos do governo, agora faço algo que gosto, fico feliz, deixo o outro feliz e ainda ganho. Muito não é, mas pra quem é acostumado com pouco pra que muito?(A15).

II Dimensão sociocultural – Esta é a dimensão mais proeminente nas associações, pois é o nicho de atuação delas. Ao serem questionados acerca dessa dimensão, manifestaram que a vida só tinha sentido porque trabalhavam com e para as manifestações culturais do povo. O traço regional era bastante arraigado na fala dos associados. E interessante é que ultrapassam os espaços físicos das associações. Eles estimulam e vivenciam em suas comunidades o resgate e valorização sociocultural, mas abordaram que estas relações são construídas por eles, que se dependessem do querer público, as mesmas definhariam.

Isso é que faz agente existir. Nossas relações, olhar para o outro, ser feliz, trabalhar com a arte (A07).

Se depender da prefeitura tudo se acaba, por que o importante para eles é investir no que dá dinheiro, eu que não tenho estudo sei que Juazeiro é um celeiro cultural, graças ao padre Cícero, porque eles que num enxergam isso valorizam a cultura, o desenvolvem o Juazeiro com o que tem de muito aqui (A12).

A gente aqui tá é bem porque trabalha com o gosta, e não fica aí a mercê do nada; se você olhar ao redor aí fora vai vê muita mazela, os jovens perdidos, a sociedade se acabando (A01).

III Dimensão ambiental – As associações em estudo compreendem e estimulam entre si e na comunidade o cuidado com o meio ambiente. Duas delas usam utilizam matéria-prima primária que seria descartada, que é o caso da palha de milho, carnaúba e madeira reutilizada. A outra relatou que incentiva o plantio das árvores já que a Imburama (madeira nativa do sertão) é matéria prima para as esculturas e promove oficinas em busca de técnicas que utilizem reciclados. Demonstram indignação ao ver Juazeiro e o mundo sendo destruído e a leis não serem aplicadas. Colocam com saudosismo os preceitos ecológicos traçados pelo padre Cícero.

A gente faz parte do meio ambiente, se eu destruo acabo comigo mesma, não sei como as pessoas não percebem isso (A 04).

O problema é a tal da conscientização, isso é trabalhoso, começa com o exemplo de casa, na escola e esses dois espaços é a cabeça de tudo pra a gente aprender e valorizar as coisas da natureza (A11).

Se a gente entende de amor, então tá tudo resolvido, nada é agredido, é quando for agente chama pra refletir e mudar a situação, o problema a meu ver é o ódio, o povo só pensa no ter, não se ama, vive insatisfeito e só faz desgosto (A12).

Isso é algo que a gente fala demais, mas faz pouco, até a gente precisa agir mais, se o povo se organizar e cobrar as leis vão agir. Mas pra mim que as leis é favorável a destruição do meio ambiente, porque aqui perto mesmo, tem é problema, e eu reclamo, mas nada muda, só Deus mesmo pra resolver (A05).

IV Dimensão espacial – Em relação a esta dimensão os associados, colocaram que recebem com afincos todos que querem partilhar com o ofício e que Juazeiro do Norte tem uma população predominante mais urbana. Eles responderam com suposições, mas entendem e são favoráveis a condição de viver com qualidade de vida em qualquer espaço e que se as pessoas se valorizassem e gostassem do seu local, conseguiriam viver com dignidade no próprio local, mas desde que o poder publico disponha condições de saúde, educação, ou seja políticas públicas aplicáveis ao campo, principalmente ao pequeno agricultor. Também relataram as desigualdades dentro do espaço urbano, onde algumas localidades têm mais investimentos que outras, mas afirmaram que estruturalmente percebem a cidade abandonada.

Bem, eu vim do sitio e lá as pessoas eram mais unida, só que faltava meio da gente se criar, então viemos pra cidade ganhar dinheiro, mas pense num dinheiro penoso. Hoje tô aqui, e vejo que a vida no sítio melhorou, só sai quem quer ou pra estudar pra doutor (A10).

Só de andar pela cidade você enxerga os problemas, eu penso se todo mundo é gente, todos deveriam ter pelo menos moradia, educação, saúde, comida e cultura é claro, mas essa é que num tem mesmo, ainda bem que tem nós, pra fazer arte e mostrar pro mundo (A14).

V Dimensão político-institucional – Esta foi a dimensão que gerou mais comentários, seja pela ausência da mesma, ou da falta de participação do cidadão em se reconhecer com parte dessa dimensão, ou pela atuação sem interação entre as partes, em algumas circunstâncias, isto é, os artesãos relataram que existem projetos que contemplam as necessidades das associações e enaltecem o artesanato e o artesão, mas também ocorre dos projetos já chegarem formatados ou não atenderem as reais carências dos atores sociais. Foi relatado existir a inserção de instituições de outros setores que promovem a organização e propagação do artesanato local. Esta dimensão precisa ser bastante trabalhada nos bancos escolares, por adultos preparados para que a conscientização cidadã floresça junto com o desenvolvimento do indivíduo, e assim ele possa entender que o estado, o institucional, o sistema, não é abstrato e sim é a nossa concretude.

Precisamos sentar com a universidade pra a fala encaixar, a gente precisa se manifestar (A 16).

Nunca pensei em cobrar, pra que? Não muda mesmo! (A17).

A gente reclama, mas tem que agir se não nada muda (A 13).

Tem coisa boa também, não é só dificuldade (A02).

Tem projeto que é muito bom, mas precisamos aprender a não depender só projetos externo (A06).

A gente fica desestimulada, entra uma administração, sai, entra outra e nada muda o jeito e fazer aqui do nosso jeito (A05).

Nem sempre a fala das instituições é a nossa fala, muitas vezes você se empolga, quando vê tá entrando numa fria (A10).

Quando o povo perceber que tem a força e que tem que usar a seu fazer, a política vai mudar (A14).

c) Laços de pertencimento

Várias falas remontam ao pertencimento; ao estarem ligados com o que realizam, percebe-se que é um trabalho persistido na resistência de continuar, lutar, tentar comercializar, já que a renda é auferida do artesanato. Os entrevistados demonstram, em alguns trechos, dificuldades em atrair e dar continuidade ao trabalho que é feito com amor. Trabalhar com o que gosta: a criação e o resultado de sua arte dentro do contexto histórico e geográfico. Algo percebido nas falas é que quem se envolve, compromete-se, sente-se parte do todo que é a

associação, alcança resultados satisfatórios para ele e para o grupo. O resultado de quem vivencia o pertencimento não é especulativo é emocional e gratificante. Mas ocorre de alguns serem tomados pela desmotivação por não alcançarem o que pensam que precisam: a ilusão do ter. Porém logo uns encorajam os outros e a certeza de pertencerem aquele espaço e o vivenciarem fortifica-se.

Rico ninguém fica, mas pra quê? Só de poder viver aqui em Juazeiro mesmo, sem precisar sair daqui para conseguir sustento, é bom demais tem riqueza maior que esta, trabalhar com gosto, levar meu padre Cícero pra todo canto e vê os colegas da associação do mesmo jeito (A11).

Não saio daqui, sou daqui (A07).

Eu represento o Juazeiro, sou feliz, já tive oportunidade de sair daqui, morar no Rio de Janeiro, ficar lá, trabalhar com xilogravura, mas não fui, eu penso na história da associação, eu pertença a isso aqui, meu avô me trouxe para cá, tenho história aqui, desde criança eu cortava cordel criei raízes aqui, meus três filhos foram criados com o dinheiro da xilogravura, um faz mestrado em Campina Grande em Física, a outra fez biologia é professora e vive brigando por melhores salários, outro na faculdade, a mulher faz Serviço Social e eu tô aqui fazendo xilogravura e feliz, realizado e o que eu gosto fazer.” “Estou na minha terra, pode ser difícil, mas estou aqui (A09).

Este ano eu já viajei pra Natal, Holanda; o Brasil quase todo eu conheço com a Xilogravura, mas eu prefiro trabalhar e divulgar aqui em Juazeiro. Tem gente aqui que não conhece a arte da própria terra. E eu vou mostrar. Eu pertença aqui. Num é que é mar de rosas, tem muito espinho pontiagudo, mas aprendo com as marcas e com a dor (A03).

d) Desenvolvimento local

É constatado que o trabalho artesanal nas associações é uma forma de provocar e contribuir com o desenvolvimento local, por meio do uso das potencialidades regionais, mas para isso suceder é preciso que os próprios artesãos acreditem no seu potencial. Os entrevistados demonstraram essa crença, mesmo que às vezes abalada; é como se o conhecimento e as habilidades deles fossem subestimados pelo sistema vigente. E com esses abalados é necessário um trabalho de resgate de autoestima e de empoderamento do ser. Este trabalho já é feito dentro das associações, mas para obter resultados é essencial a aceitação de mudanças de paradigmas, para a desconstrução individual e a construção de um cidadão consciente de si e do outro, e de que o meio ambiente parte dele para outro e do outro para ele. Também é sentido na fala a ausência do poder público nas carências dos artesãos. Eles relatam que existem entidades a nível estadual e federal que apoiam, mas já vem com tudo pronto, não escutam as necessidades deles; é como se os artesãos estivessem todos com práticas erradas e agora devem seguir uma cartilha e tudo fica pronto. Eles se sentem

anulados, sem ter como se manifestar para as reais necessidades. E a nível municipal há ausência de incentivos a cultura local, principalmente visualizando como meio de desenvolvimento.

Nas três associações são realizados projetos educativos nas escolas do município para propagar a arte artesã, desde contos de causos aos alunos, a historicidade, e principalmente oficinas que despertam curiosidades e quem sabe, futuro artesãos, No discurso empregado é colocado à questão de fazer o que se gosta, na própria região, e levando a cidade a se desenvolver a partir do que tem de bom aqui, do que sabem fazer. Segundo os associados não é obrigado sair daqui para crescer ou crescer com o que vem de fora. É permitido ascender de acordo com as necessidades reais, aqui mesmo, e com as potencialidades locais.

Depois que uns foram estudar o entendimento está mudando, eles estudam e traz as novidades e a gente aprende e não sei como pouco a pouco vai melhorando, eu tem pra mim que o aprendizado torna a gente mais sabido aqui dentro, na nossa casa, e pra cobrar da prefeitura nossos direito também, daqui uns dias só eu que vou pra essa escola, aprender e ensinar minha arte também (A03).

Se todo mundo trabalhar pensando no outro, Juazeiro cresce sem se acabar e isso começa em casa, vai pra rua e quando vê Juazeiro tá diferente, contando com ajuda de Padre Cícero (A02).

Eu tenho ido muito as escolas para falar da importância do cordel, da xilogravura, da importância da arte regional para nossa gente, nossa região, que tanto representa a vida sertaneja e a vida no Juazeiro (A05).

Eu percebo que precisamos de capacitação na área de gestão, eu sou artesão, não sei fazer projeto, mas posso aprender, ou ter alguém que saiba para orientar e trabalhar em equipe com a gente, assim a gente desenvolve tudo junto. (A12).

O que dá tristeza é os doutor do governo que vem aqui, ou fazem reunião pra dar esperança de melhoria e depois some (A08).

Eu não entendo, eles fazem reuniões e já diz com vai ser nunca escuta a gente aí a gente não entende nada, fica logo com raiva, uns brigam, mas a maioria vai embora sem esperança ou faz que entendeu (A16).

e) Autonomia institucional

Este foi o princípio mais complexo para analisar, pois as associações em estudo possuem certa autonomia institucional em relação ao espaço físico, uma tem sede própria, outra está sediada em um espaço pertencente à Igreja Católica e a outra em uma entidade pública de ensino. Mas, segundo as duas associações que estão sediadas em espaços de terceiros, as entidades não interferem nos processos de trabalho quando possível orientam ou

ajudam nas despesas. A controvérsia é que as associações carecem de apoio para poderem ser independentes. Isto que talvez seja obtuso para compreensão, mas tentemos explicar.

Para conseguir serem autônomos institucionalmente, os associados precisam estar preparados para assumir responsabilidades e tomar decisões a respeito do processo de gerir a associação. Então entra em cena, primeiramente, aceitar que é vital adquirir novos conhecimentos focados na educação associativista e na gestão; segundo, colocá-los em prática de forma coletiva ao buscar o envolvimento dos associados; terceiro, estando fortalecidos internamente articular fomentos com outras instituições seja do primeiro, segundo ou terceiro setor, e por fim, alcançarem resultados satisfatórios, especialmente com a continuidade da associação.

Então, para afirmamos autonomia institucional há um caminho a percorrer que começa pelo fomento educacional permitido por meio do Estado, ou outras entidades focadas nas necessidades das associações que só serão atendidas ao serem ouvidas, e não somente observadas de fora para dentro por representantes que não vivenciam as experiências dos associados. Para contribuir com os mesmos é preciso envolver-se com o dia-a-dia das associações.

Eu preferia está vinculado a alguma coisa, porque solto desse jeito as coisas não vão pra frente, eu produzo as peças, mas e depois? (A15).

A gente tenta, tenta, mas pra mim que falta algo, eu acho que precisamos trabalhar mais junto e aprender de negócio (A16).

Eu preciso aprender a fazer projeto, colocar as palavras certas, eu mando cada ideia boa e não é aprovado teve um dia desses que eu fiquei cabisbaixo! Veio um homem aqui na associação e comprou foi muito, até assustei, depois de um tempo tinha gente me dando os parabéns pela aprovação do projeto em um espaço cultural, aí que eu me assustei mesmo, porque eu mandei e não foi aprovado. Então fui ver a exposição eram os meus trabalhos que o homem tinha comprado! Ele soube botar as palavras certas e fez a exposição com o meu trabalho, fiquei indignado, mas pelo menos meu trabalho estava exposto. (A07).

Tem pra mim que autonomia institucional é fazer e da certo sem opinião de fora, mas primeiro a gente tem que quebrar a cabeça e aprender a fazer e da certo então tenho que ouvir os de fora, mas não esses que chegam mandando e achando que sabem de tudo e nós de nada. (A16).

Observa-se também, que na fala A15, existe a necessidade de está vinculado a alguma instituição que intermedeie a comercialização das peças produzidas, e então nota-se a falta que a autonomia institucional faz. Não significa que parcerias serão evitadas, mas que as associações terão como viabilizar-se econômica-sócio-ambientalmente partir de sua própria

autonomia em buscar mercados para prospecção e concretização das vendas e as parcerias seriam mais uma opção e não a única.

Já na fala *A07*, percebe-se como algumas pessoas aproveitam-se da fragilidade dos associados, para obter ganhos ou reconhecimento a partir do artesanato desenvolvido pelos artesãos. E o artesão nesse momento desperta-se para querer aprender a fazer projeto e sua obra ser exposta por meio dele e não de alguém mal intencionado. Interessante é que por mais indignação que o artesão transpareça, ele ainda consegue visualizar algo proveitoso, que é seu trabalho ter sido exposto.

Há muita informação relevante nas falas desses associados que ao serem analisadas demonstram o aceite dos mesmos que, aprender é necessário para evoluir, mas que este aprendizado tem que ser provocado por pessoas que sejam capazes de sensibilizar-se em querer ouvir, observar e buscar encontros de saberes que levem ao envolvimento dos associados e conseqüentemente a afirmação que eles são capazes e possuem habilidades que somados com as ferramentas de gestão embasados nos princípios da economia solidária, levem ao alcance da autonomia institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa me desafiou a identificar e analisar se os princípios que regem as relações sociais das associações em estudo se aproximavam da economia solidária. Surpreendentemente foi me apresentado perspectivas vibratórias de alguns e peculiar de outros, no sentido de que, nestes espaços, existem pessoas que optaram ou acabaram por questões excludentes, a desenvolver uma dinâmica de trabalho no qual a construção existe a partir do outro e para o outro, e então foi possível identificar tentativas de economia solidária. Mas, em alguns momentos a dificuldade do tecer coletivamente sobressai, pois, falta o envolvimento e tudo aquilo no qual não sentimos o querer ser, quebra-se em algum espaço. Então é nesse ponto que a ação deve ser estimulada, se reconhecer egocêntrico, desconstruir e reconstruir-se preservando a si, mas identificando o coletivo a partir de si.

Em alguns relatos dos associados visualiza-se a cobrança de apoio do poder público, a falta de trabalhar em coletividade em prol de um todo que é a associação; a insistência de atender interesses individuais, dificultando as relações e o gostar de alguns em fazer algo com afinco. Evidenciou que as relações desenvolvidas pelos associados, são ao mesmo tempo fator de envolvimento e afastamento, tornando as relações frágeis e fortes, foram paradoxos instigantes e propícios a muita criação artística.

Com tantas falas ricas de contextos reais, percebe ao interagir com o aporte teórico que propor o novo e aplicá-lo como é a proposta do associativismo e da economia solidária requer quebra de paradigmas enraizados, que para ocorrer precisa ser despertado, mas nem, sempre é interesse do poder público acordar essas novas posturas, pois remetem a reflexão, ao questionamento e isso, incomoda, às vezes, pois impor e fazer políticas assistencialistas são mais plausíveis quando a população é inerte.

Por mais que encontremos desestímulo de alguns em seus relatos, os artesãos demonstraram expectativas e consciência que a mudança inicia-se a partir do mesmo, para se exteriorizar em cobranças de seus direitos e entendimento dos deveres.

O ponto peculiar que o trabalho trouxe foi perceber o despertar e a reflexão causada nos associados ao serem instigados. É evolutivo quando externamos o incômodo e nos descobrimos.

Questiona se o poder predominante sobressai por causa da necessidade alienadora de dominar e ser dominado. Será que as pessoas têm necessidade de dominar e muitos vivenciam a inércia e facilidade de obedecer sem propor, sem questionar, sem opinar?

Talvez pensar seja trabalhoso, e se não for estimulado em nós mesmo e no outro a capacidade de auto gerir-se através do conhecimento, seja ele manifestado de formas singulares e plurais, propagar-se-á uma realidade que será excludente, acomodada e hostil.

A simplicidade e também o viver com o que é necessário e não com o que pensamos que precisamos foi explanado pelos associados, o pertencimento expressado pelo autor Zaoual (2006), faz muita diferença nas relações, elas tornam-se mais integrais e sujeitas a construções de valores e saberes locais.

Por meio das inquietações dos associados, notou-se que eles necessitam de capacitação em gestão para conseguir gerir a associação, elaborar projetos e consequentemente alcançarem autonomia institucional.

As entidades de fomento sejam do primeiro, segundo ou terceiro setor precisam aprender a perguntar, a ouvir e formular propostas em cima das necessidades dos artesãos e não na necessidade que a entidade julga interessante. Provocar diálogo em busca de desenvolvimento que será regional, pois atua com as potencialidades locais e sustentáveis, uma vez que implanta novas posturas a partir dos princípios adotados pela economia solidária. Inicia-se com outro e para o outro e se o ser se enxergar no outro, então gera respeito e tece uma teia de relações harmônicas no qual o conflito existirá, mas será construtivo, propositivo, gerará debate e não embate.

Outro ponto relevante foi a proposta de criação de um espaço físico coletivo de comercialização do artesanato. Os associados demonstraram a urgência dessa necessidade, pois por mais que o trabalho exercido nas associações enverede por outra perspectiva a sustentabilidade econômica é imprescindível. Então seria pertinente a construção de um centro regional de artesanato, via poder público, que geraria fomento para o próprio município.

Em relação aos princípios analisados, resolveu construir uma síntese sistemática indicando o impacto de cada um nas associações de artesanato de Juazeiro do Norte:

- a) Princípio da autogestão e da autonomia institucional: colocaram estes princípios juntos, pois o primeiro leva ao segundo. E foi nestes dois que a reflexão suscitou a necessidade de aprendizado. Os artesãos precisam aprender a reconhecer suas carências para buscarem apoio, e as entidades de fomento a atenderem as reais precisões e não simplesmente chegar com projetos prontos para serem aplicados. Só é possível autogerir-se se existir coletividade, envolvimento, conhecimentos e habilidades sobre gestão. A autonomia institucional é possível com a prática da autogestão. Sugere então que as associações busquem autoanalisar-se para levar ao

poder público ou a outras entidades de fomento um documento com suas propostas e insistirem nas sugestões e cobranças para serem atendidos e ou por meio deste trabalho ser implantando projetos de extensão que alcancem a desenvoltura gestacional das associações e por conseguinte ser proposto projeto para as políticas públicas de fomento ao artesanato como meio de resgatar, valorizar e incentivar potencialidade locais em busca do desenvolvimento regional.

- b) Princípio da sustentabilidade multidimensional: neste princípio foram analisados cinco dimensões (econômica, sociocultural, ambiental, espacial e político institucional) junto aos artesãos e constatou-se existe a compreensão de todas, mas que a econômica e político institucional são as mais tênues, diferentemente das entidades que visam o lucro. Dentro da análise desse princípio é sugerido que as associações sejam incentivadas a trabalharem a interação das dimensões, pois todas são importantes e quando construídas coletivamente alcançam o desenvolvimento sustentável partindo do indivíduo para a sua comunidade e vice versa; e conseqüentemente permitir com que o cidadão tenha acesso à qualidade de vida.
- c) Princípio do pertencimento: inferiu-se com este princípio aplicado com os associados que para pertencer a algo, primeiro deve-se se pertencer e isso foi diagnosticado nos espaços pesquisados. O envolvimento só ocorre quando nos sentimos parte de algo, este foi um sentimento presente nas associações, e quando a falta dele se manifestava entrava em cena o sentimento de associativismo provocado pelos integrantes da associação. A desmotivação ocorre é gerada muitas vezes pela falta de reconhecimento do próprio artesão e ou da sociedade e então se remonta a interação de todos os princípios trabalhados para que se atinja a sustentabilidade e contigüidade das associações.
- d) Desenvolvimento local: este princípio foi identificado dentro dos espaços com intensidade, mas também foi relatada a falta de atuação do poder público não em projetos, mas na implantação dos mesmos em fazer da arte um meio de desenvolvimento local, até porque Juazeiro com enfatizado no referencial teórico é celeiro cultural e requer despertar para isso via gestão pública e

promover um avanço por meio de suas potencialidades locais. Desse modo o apoio aos artesãos levaria a uma projeção turística aliada ao religioso, promoveria incremento sociocultural aos que vivem e transitam e, por conseguinte desenvolvimento da população do município.

Esta pesquisa resultou em aspectos reveladores e propositivos, a respeito da construção laborativa nas associações de artesanato, possibilitando conhecer, ouvir e sentir as alegrias e angustias dos artesãos e suas associações.

Constatou-se que estes espaços desenvolvem atividades que se aproximam do contexto da economia solidária, mas que é necessário investimento em políticas públicas e fomento aos espaços para que os mesmos possam aplicar à autogestão, a autonomia institucional e tendo consciência do valor de seu trabalho às identifiquem com potencializadores do desenvolvimento regional por meio dos saberes locais e do pertencimento.

A dissertação foi atendida em sua hipótese e pode remeter a futuros estudos que apliquem um cruzamento de informações com o aporte de resposta do poder público, já que a mesma não priorizou esta vertente. E também para a reformulação de projetos e políticas públicas que apliquem a participação dos atores sociais ao escutá-los e promoverem o envolvimento por meio das potencialidades e saberes locais. E com o incremento dos programas, em prol dos que precisam da assistência para se tornarem indivíduos empoderados de seus direitos e deveres, alcançaríamos o desenvolvimento regional sustentável, que poderá alastra-se por outros setores e gerar um desconstrução de práticas excludentes a nível da sociedade civil e do Estado em prol de uma construção cidadã que incentive o respeito no meio no qual vivemos.

REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério. **Toda a economia deveria ser solidária.** Disponível em: http://www.esquerda.net/media/rogerio_roque_amaro.pdf. Acesso em 10 out.2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

ARRUDA, M. **Tornar real o possível.** A formação do ser humano integral. Economia Solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. Um novo humanismo para uma nova economia. In KRAYCHETE, Gabriel. **A economia dos setores populares: entre a realidade e a Utopia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

ARTESANIA CARIRI A RIQUESA DO ARTESANATO. Cadernos Especiais do Jornal do Cariri. Volume I, II, III. Disponível em:<http://issuu.com/cearaagora/docs/artesania>. Acesso em jan. de 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS XILÓGRAFOS E ARTESÃOS DO CARIRI. **Histórico da Associação.** Disponível em: <http://axarcacariri.blogspot.com.br/>. Acesso em 02 de fev. 2013.

BARBOSA, Francisco Salatiel de Alencar. **O Joaseiro Celeste: tempo e paisagem na devoção do Padre Cícero – São Paulo:** Attar, 2007.

BARDIN; BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luiz Antero Reto. 70. ed. São Paulo, 2011.

BLOG CENTRO CULTURAL MESTRE NOSA. **Conheça mais sobre o Centro de Cultura Popular Mestre Noza.** Disponível em: <http://www.blogsj.com.br/conheca-mais-sobre-o-centro-de-cultura-popular-mestre-noza>. Acesso em 08 de jan. 2013.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico.** 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **MDIC e Sebrae lançam projeto do artesanato na BR 040.** 2002 a. MDIC. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=2¬icia=4366>>. Acesso em: 21 out. de 2013.

_____. **Relatório Anual de Avaliação.** 2002b. MDIC. Disponível em: <www.camara.gov.br/intenet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa%202000-2003/ppa.../017_Desenvolvimento,%20Industria.PDF>. Acesso em 21 out. 2013.

_____. **Programa do Artesanato Brasileiro.** Brasília, MDIC, 2006. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1286460528.pdf> Acesso em: 21 out. 2013.

_____. **Base conceitual do artesanato brasileiro.** Brasília: MDIC, 2012.

BRYAN, N. A. P. (org), MOMMA, A. M. **Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: metamorfoses do conceito e as suas relações com a Educação.** Covilhã, Portugal: UBI; Campinas, SP: UNICAMP, Gráf. FE, 2005.

CANTEL, Raymond. Disponível em <http://www.jornaldepoesia.jor.br/1gilmar.html>. Acesso em jan. de 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CATTANI, A. D. Construindo a outra economia. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

CENTRAL DE ARTESANATO DO CEARÁ (CEART). 2008. Disponível em <<http://www.ceart.ce.gov.br/dlgArtesanato.aspx>>. Acesso em: 26 set. de 2013.

CIRIEC – CENTRE INTERNATIONAL DE RECHERCHES ET D’INFORMATION SUR L’ECONOMIE PUBLIQUE, SOCIALE ET COOPERATIVE. **A economia social na União Europeia.** Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu, 2007. Disponível em: <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf>. Acesso em 05 de out. 2012.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no Semiárido.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

_____. Para uma Economia Sustentável. **Interiorizar desenvolvimento ainda não é realidade.** <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/interiorizar-desenvolvimento-ainda-nao-e-realidade-1.141641>. Acesso em 18 de nov. 2013.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J.-L. Associativismo. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

CORAGGIO, José. “El trabajo desde la perspectiva de la Economía Popular”. **In: Economía Popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local.** Programa de Desarrollo Local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS, Disponível em :<http://www.fronesis.org/public2.htm>. Acesso em out. de 2013.

COSTA, Pedro Almeida. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha,** 2003. Dissertação (mestrado em administração) – Curso de pós-graduação em Administração da Escola de Administração da UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: [www.lume.ufrgs.br › Ciências Sociais Aplicadas › Administração](http://www.lume.ufrgs.br/Ci%C3%Aancias%20Sociais%20Aplicadas%20Administra%C3%A7%C3%A3o). Acesso em 15 de ago. de 2013.

CUNHA, E. V. **A Sustentabilidade em Ecovilas: Desafios, Propostas e o Caso da Ecovila 1** – Arcoo. RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental. Jan. - Abr. 2010, V.4, Nº.1, p. 113-126.

_____; SANTANA, Clarissa Almeida. **O Desenvolvimento Local e a Concepção dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.** IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS). Lavras, Anais... 2010. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

D'AVILA, J. S. **O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea.** In RIBEIRO, B. (Org.). *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro: Editora Funarte, 1984.

DECCA, Edgard de. **O nascimento das fábricas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DECRETO-LEI nº 112/92 “D.R. Série A” 129 (92-06-04) 2711 http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf. Acesso em 12 fev. 2013.

DEFINIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO. **O novo perfil jurídico da associação e da fundação no Código Civil de 2002.** Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/4480/o-novo-perfil-juridico-da-associao-e-da-fundacao-no-codigo-civil-de-2002#ixzz2PE4ZuVhg>. Acesso em: 08 de jan. 2013.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro.** 2 ed. São Paulo. Companhia das Letras: 2014.

DIAS, Audisio Santos. **Região Caririense: turismo religioso e manifestações culturais na festa do pau sagrado de Santo Antônio de Barbalha / Audisio Santos Dias.** – 2012.1. Disponível em: http://www.uece.br/mag/dmdocuments/audisio_santos_dias.pdf. Acesso em dez. de 2013.

DIAS, Cláudia. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas.** Nov. 2000. 16p.

DINIZ, M. B.; DINIZ, M. J. T. **Arranjo produtivo do artesanato na Região Metropolitana de Belém: uma caracterização empírica.** Novos Cadernos NAEA. v.10, n.2 . 2007.

DONABELLA, R. **Arte e artesanato em termos sociológicos: alguns conceitos.** Disponível em : <http://www.eba.ufmg.br/alunos/kurtnavigator/arteartesanato/conceitos.html>. Acesso em 12 de out. 2012.

ENCYCLOPÉDIA, Mirador. **Verbetes artesanato.** Vol.3. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Introdução ao artesanato brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

FRANÇA FILHO, G. C., LAVILLE, J. L. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2004. 194 p.

_____. MEDEIROS, A., MAGNEN, J. P. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre. Editora UFRGS, 2006. 326 p.

_____. **Decifrando a Noção de Paraeconomia em Guerreiro Ramos: a Atualidade de sua Proposição.** In Organizações & Sociedade. Salvador. 2010. Disponível em: <http://www.revistaes.ufba.br/viewarticle.php?id=741>. Acesso em: 21 de set. 2010.

FORTI, Maria do Carmo Pagani. **Maria do Juazeiro: A Beata do Milagre.** São Paulo: Annablume, 1999.

FOURIER, F. M. C. O novo mundo industrial e societário. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** 1. ed. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2008, 127p ISBN: 978-85-61910-03-7.

GAIGER, L. I. Economia solidária. In: GATTANI, A. S.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

_____(Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GANANÇA. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa.** Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6650/1/2006_Alexandre%20Ciconello%20Ganan%C3%A7a.pdf. Acesso: em 12 fev. 2013.

GERIR, Salvador, v. 10, n. 35, p. 17-37, jan./fev. 2004.

IBGE 2012 IBGE. **Município de Juazeiro do Norte: mapa das localidades.** Disponível em: <http://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/images/Mapa_Localidades_2007.jpg>. Acesso em: 12 jan. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ -IPCE – **Perfil Básico Municipal de Juazeiro do Norte. Localização Geográfica de Juazeiro do Norte**http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Juazeiro_do_Norte.pdf. Acesso em fev. 2012.

LANGHANS, Franz-Paul; CAETANO, Marcelo (1946) **As Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para a sua história.** Lisboa: Imprensa Nacional. vol. I e II.

LEI N 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. **Título II das Pessoas Jurídicas. Capítulo I Disposições Gerais. Associações.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#titulooii. Acesso em: 02 fev. 2013.

LECHAT, Noëlle M. P. e BARCELOS, Eronita da Silva **Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários.** Disponível em<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179613968009>._Acessado em 08 jun. 2013.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1986.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

MEDEIROS, A.; MARTINS, P. H. (Org.). **Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos**. Recife: Bagaço, 2003.

MENEZES, Fátima **Homens e fatos na História do Juazeiro**. Recife, Ed Universitária da UFPE, 1989.

MIOTELLO, V. **A Dinâmica das rodas de conversa**. Gelpea: Grupo de Estudos Linguísticos e Práticas Educacionais da Amazônia. Disponível em: <<http://gelpea.blogs.pot.com/search?q=din%C3%A2mica+das+rodas+de+conversa>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NASCIMENTO, P. M **Pelo Socialismo Autogestionário**. Edições base. Lisboa. 1979 [Documentação da 1ª Conferência nacional "Pelo Socialismo Autogestionário", Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f763socialismoClaudioNascimento.pdf>. Acessado em 16 set. 2013.

NETO, Lira. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão** – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, A. A. de. Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, L. I. G. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PEREIRA, C. J. C. **Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho; o programa nacional de desenvolvimento do artesanato**. MTB, 153 p. Brasília, 1979.

PINHO, Maria Sonia Madureira de. Produtos artesanais e mercado turístico. In: MURTHA, S. M.; ALBANO, C. (Org). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002.

PONTO DE CULTURA MESTRE NOZA. **História da Associação**. Disponível em: <http://pontodeculturamestrezoza.blogspot.com.br/>. Acesso em: 11 jan. 2013.

(PORTAL DO TRABALHO E EMPREGO BRASIL 2013) BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: jan/abril 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE. **Apresentação dados Populacionais**. Disponível em: <http://www.juazeiro.ce.gov.br/>. Acesso em 10 mar. 2013.

PROGRAMAS e Ações de Apoio à Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda no âmbito do Governo Federal – 2005 (relatório final do convênio mte / ipea/anpec – 01/2003) Alzira Medeiros <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>. Acesso em 19 dez. 2013.

QUINTÃO, C. **Terceiro setor – elementos para referenciarão teórica e conceptual.** In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: REFLEXIVIDADE E AÇÃO, 5., 2004.

RAMOS, Francisco Regis Lopes **O meio do mundo: Territórios do sagrado em Juazeiro do Padre Cícero.** Cadernos CEOM. Chapecó: Argos, 2001.

RECOMENDAÇÃO N 8, DE 4 DE JULHO DE 2012. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/40396774/dou-secao-1-11-09-2012-pg-83>. Acesso em: 29 jun. 2013.

REPORTAGEM REDE GLOBO. PROGRAMA AÇÃO. **Associação dos Artesãos da Mãe das Dores promove o trabalho coletivo. A proposta é criar um comércio mais justo para o artesanato de Juazeiro.** Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/01/associacao-dos-artesaos-da-mae-das-dores-promove-o-trabalho-coletivo.html>. Acesso em: 24 fev. 2013.

ROSENDAHL, Zeny. **Religião, Identidade e Território.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento.** Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

SANTANA, Manoel Henrique de Melo. **Do anátema ao acolhimento pastoral.** In: Anais do III Simpósio Internacional do Padre Cícero do Juazeiro. E quem é ele. Juazeiro do Norte, 2004.

SANTOS, Neide Medeiros. **CORDEL E LITERATURA INFANTIL.** Disponível em http://nastrilhasdaliteratura.blogspot.com.br/2013_09_01_archive.html . Acesso em jan. 2014.

SAUTCHUK, Jaime. **Debate: Vandana Shiva e o mundo atual.** IN: **Sustentabilidade em Debate – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília-DF, v. 3, n. 1, p. 137-146,** Disponível em: www.seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/download/1701/1321. Acesso em out 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Programa SEBRAE de Artesanato:** termo de referência. Brasília: SEBRAE, 2010.

_____. **Estudo setorial do Artesanato.** Ceará, Sebrae-CE, 2005. 76 p. Disponível em: www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/DowContador?OpenAgent&unid=1C378D208237437832574FF00433B53> Acesso em: 15 nov. de 2012.

_____. **Artesanato: um negócio genuinamente brasileiro.** Brasília: SEBRAE, 2008.

SENAES. **Os Empreendimentos Econômicos Solidários.** Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp. Acesso em jul. de 2013.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____.SOUZA, A. R. de (Org.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOBREIRA, Azarias. **O Patriarca de Juazeiro.** Petrópolis: 1968.

SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais:** uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michael Thiollent. DP&A: Consulado Geral na França. COPPE/UFRJ, 2006.

YIN, R.K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Walker, Daniel. **Padre Cícero:** o conselheiro do sertão. Juazeiro do Norte - Ceará, 2003.

.
(artigo 5º, XXI a XXI e artigo 174 § 2º) da Constituição e Federal e o artigo 51 e 53 da lei nº 10.406/2002 do Novo Código Civil . BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRURADAS APLICADAS AOS ARTESÃOS INDIVIDUALMENTE NAS ASSOCIAÇÕES PESQUISADAS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE, ENTRE OS MESES DE MAIO E A PRIMEIRA SEMANA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2013.

- 1) Relate sobre você e o artesanato.
- 2) E a história da associação? Como começou?
- 3) Quais as dificuldades vivenciadas no dia a dia da associação?

MATERIAL UTILIZADO: um caderno para anotações, caneta, uma câmera fotográfica e um aplicativo de gravação de áudio de um aparelho celular.

APÊNDICE B - ROTEIROS DE QUESTÕES DISCUTIDAS EM RODA DE CONVERSA COM OS ARTESÃOS DAS ASSOCIAÇÕES PESQUISADAS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE, ENTRE OS MESES DE MAIO E A PRIMEIRA SEMANA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2013.

- 1) Por que ser artesão?
- 2) Por que estão associados?

MATERIAL UTILIZADO: um caderno para anotações, caneta, e um aplicativo de gravação de áudio de um aparelho celular.

APÊNDICE C - ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRURADAS APLICADAS INDIVIDUAL e COLETIVAMENTE AOS ARTESÃOS DAS ASSOCIAÇÕES PESQUISADAS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE, NO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2013.

- 1) O que vocês entendem sobre economia solidária?
- 2) O que significa autogestão? Vocês aplicam?
- 3) Sustentabilidade multidimensional? Conhecem? Aplicam?
- 4) Há envolvimento nas relações desenvolvidas?
- 5) Vocês entendem o que é o desenvolvimento local? Aplicam?
- 6) Autonomia institucional? Aplicam?

Observação: estas perguntas foram adaptadas às dúvidas e entendimentos dos artesãos para que os mesmo pudessem responder com propriedade o que estava sendo questionado.

MATERIAL UTILIZADO: um caderno para anotações, caneta, e um aplicativo de gravação de áudio de um aparelho celular.

ANEXOS A – XILOGRAVURA PRODUZIDA PELA AXARCA



**ANEXOS B – CESTARIAS PRODUZIDAS PELA ASSOCIAÇÃO MÃE DAS DORES
E DO PADRE CÍCERO**



ANEXOS C – ESCULTURAS PRODUZIDAS PELA ASSOCIAÇÃO PADRE CÍCERO- CENTRO DE ARTE POPULAR MESTRE NOZA

